

Educação universal e de qualidade: um projeto para o Brasil.

1. O Plano Nacional de Educação de 2001.

No ano de 1.997, após a realização de eventos nacionais dos quais participou boa parte das entidades vinculadas à educação no Brasil, foi produzido um Plano Nacional de Educação, que ficou conhecido como o ‘PNE da Sociedade Brasileira’. O documento assim elaborado consubstanciou-se a seguir no Projeto de Lei nº 4.155/98, apoiado por mais de 70 parlamentares. Essa iniciativa forçou o então governo federal a desengavetar seu PNE e encaminhá-lo ao Congresso Nacional, onde tramitaria como anexo ao PNE da Sociedade Brasileira, tendo o executivo conseguido que fosse indicado um relator próximo de suas posições. Ao final do processo, foi promulgada a Lei 10.172/01 – que é o PNE em vigor.

A pressão exercida pela sociedade foi capaz de incluir, no texto aprovado pelo Congresso, algumas medidas positivas. Entretanto, o então Presidente da República aplicou ao texto aprovado um conjunto de vetos, cujo resultado final foi tornar o documento aprovado genérico e ineficaz – muito mais uma inócua carta de intenções do que um estatuto legal capaz de impulsionar as mudanças requeridas.

2. A educação no Brasil em anos recentes.

A eleição presidencial de 2002 trouxe para o centro do debate, mais uma vez, temáticas sociais – dentre elas a educação. No programa de governo do candidato que seria eleito eram demarcadas linhas políticas distintas, em sua essência, das até então defendidas e praticadas pelos dirigentes anteriores.

Neste início de 2010, passados sete anos de nova orientação, a análise das políticas de educação adotadas mostra uma reversão parcial da trajetória anterior, embora persistam imensos desafios ainda em aberto.

Em relação à Educação Infantil, os avanços alcançados têm sido tímidos, em especial no que se refere à faixa etária até 3 anos de idade.

A aprovação da PEC 96A/03, que assegura o direito à Educação Básica gratuita dos 4 aos 17 anos, vem, por seu turno, aportar perspectivas promissoras ao atendimento de crianças na pré-escola, conquanto até o momento não tenha havido uma ampliação significativa de vagas para esse nível de ensino: em 2006 cerca de 1/3 das crianças não tinha acesso à pré-escola, problema esse

agravado por fortes diferenciais regionais, entre a cidade e o campo, entre etnias e entre classes sociais.

No Ensino Fundamental tem havido redução significativa da defasagem idade-série. Ainda assim, uma em cada quatro crianças não conclui o ciclo.

Para os que têm entre 15 e 17 anos, abrem-se horizontes positivos, com a previsão de universalização do Ensino Médio. Em contrapartida, ainda hoje, ao fim dessa etapa, quase 50% dos adolescentes acabam excluídos da educação formal.

A Educação Profissional tem recebido atenção especial, com a criação de expressivo número de Institutos Federais e de novas Escolas Técnicas. Entretanto, nos programas de Educação de Jovens e Adultos as matrículas passaram, entre 2002 e 2008, de 3,4 para 4,7 milhões, muito aquém do desejável.

Finalmente, houve uma expansão importante das vagas oferecidas pelas IFES, com a criação de novas universidades e diversos campi nas já existentes. Cumprida a expectativa de se chegar a um milhão de matrículas federais em 2.012, ou 4% dos jovens na faixa etária 18/24 anos, estaremos muito melhor do que em 2002, quando esse número era 2,2%, mas longe das metas projetadas pelo próprio PNE vigente.

No que se refere à destinação de mais verbas para a educação, registre-se a aprovação do Piso Nacional do Magistério, da Lei 11.784, que promove a valorização dos docentes do Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do FUNDEB e da lei que prevê o fim da DRU. Esses aportes, embora expressivos, são insuficientes para enfrentar os desafios que o país terá que vencer se quiser desenvolvimento econômico com inclusão social.

Não será possível, pois, levar adiante as transformações de que o Brasil precisa na educação sem discutir novas fontes de recursos – como os que provirão das riquezas do pré-sal.

3. Perspectivas futuras: metas e diretrizes para a próxima década.

O caminho para uma sociedade justa e igualitária passa pelo equacionamento e pela solução dos problemas educacionais brasileiros, única forma de dar acesso ao conjunto da população às informações e à capacidade de processá-las criticamente, sem o que não será sequer possível uma verdadeira e mais radical democratização do país.

Para isso, é preciso definir num novo PNE metas e diretrizes específicas, bem como os investimentos requeridos para alcançá-las; seu cumprimento deve ser um compromisso do Estado, a

ser executado sob o olhar atento da sociedade, não podendo ficar o destino da educação à mercê de políticas ou programas de governo, muitas vezes sem continuidade histórica.

Defendemos, assim, que o novo PNE tenha como eixo central o fortalecimento da educação pública, de qualidade e gratuita, fixando as seguintes metas prioritárias:

- ✦ Até 2016 – universalizar a Pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio;
- ✦ Até 2020 – erradicar o analfabetismo; expandir com qualidade a Educação Infantil/Creche, alcançando 50% da população de até 3 anos; atender 12 milhões de pessoas em programas de Educação de Jovens e Adultos; triplicar as dimensões da Educação Profissional pública; viabilizar a inclusão no Ensino Superior público do equivalente a 20% da população de 18 a 24 anos, garantidos a excelência acadêmica e o incentivo à pesquisa.

Além disso, propomos como diretrizes gerais:

- ✦ Promover, de forma integrada e em todos os níveis e modalidades educacionais, atenção específica às necessidades de estudantes portadores de deficiência e de segmentos da população que estejam defasados em relação aos padrões educacionais vigentes;
- ✦ Reduzir as disparidades de acesso à educação, sejam elas regionais, entre a cidade e o campo, ou resultado de desigualdades de qualquer origem;
- ✦ Oferecer, em todos os níveis, ensino noturno público e gratuito, regular ou supletivo, adotando opções programáticas e metodológicas apropriadas, bem como horários flexíveis, no sentido de superar restrições enfrentadas por alunos trabalhadores;
- ✦ Ampliar gradualmente o tempo de permanência nas escolas de educação básica, de forma a implantar, até 2020, a Escola de Tempo Integral;
- ✦ Definir, em cada nível de ensino, parâmetros para o investimento anual por aluno que possam garantir condições materiais condizentes com elevado nível de qualidade; e
- ✦ Valorizar os profissionais da educação, propiciando-lhes formação inicial, capacitação continuada e condições de trabalho, salariais e de carreira compatíveis com a importância que a educação deve ter em nosso país.

O investimento necessário à consecução desses objetivos é de 6% do PIB em 2011, alcançando quase 9% em 2020.

Considera-se essencial, finalmente, a instituição de um Sistema Nacional de Educação, que, gerenciado de forma democrática e com a participação da sociedade, integre as diferentes esferas

administrativas, os diversos níveis de ensino e os vários poderes da União, e possa garantir – como política estratégica de Estado – a execução das metas e diretrizes de um Plano Nacional de Educação que vise assegurar a todos os brasileiros a conquista da cidadania plena, e, de forma coletiva, dê ao país os meios de apropriação e produção do conhecimento, essenciais a seu soberano desenvolvimento científico, tecnológico e humano.

4. Os desafios a enfrentar

O PNE aprovado em 2001 foi, em muitos aspectos, modesto em suas intenções. Ao mesmo tempo, as considerações feitas sobre a situação da educação no nosso país nos últimos anos mostram que não logrou ser alcançada a maioria das propostas feitas naquele Plano.

Durante os primeiros anos após a aprovação do PNE não houve de fato interesse do governo federal em levar adiante a sua implantação, até porque o respectivo processo de discussão não foi efetivamente de iniciativa do executivo que, além disso, vetou na lei promulgada os mecanismos concretos de financiamento das metas estipuladas.

Apesar dessa resistência, a perspectiva da Constituição de 1988 é clara: a educação deve ser tratada como prioridade de Estado, não ficando as correspondentes políticas ao sabor deste ou daquele dirigente – por isso mesmo o PNE tem amplitude temporal de 10 anos, muito maior do que a dos mandatos de governo (4 anos).

Após a mudança de orientação ocorrida em 2003, contudo, o PNE continuou não sendo o fio condutor das grandes políticas educacionais.

Diversos fatores estão na origem dessa constatação.

Um deles é a dificuldade de coordenação de uma dinâmica que envolva simultaneamente as esferas federal, estadual e municipal, bem como a necessária e correspondente articulação entre o Plano Nacional de Educação aprovado e os Planos de Educação Estaduais e Municipais, com a integração desses Planos aos referentes a outras políticas setoriais. Acresça-se o fato de que as competências em relação aos vários níveis de ensino são partilhadas de forma assimétrica entre aquelas três esferas. Para superar isso é necessário implantar um Sistema Nacional de Educação e Sistemas Estaduais e Municipais, de tal forma que haja regulamentação eficaz não só de cada um deles, mas de suas relações intrínsecas e dos necessários regimes de colaboração, delimitando-se com propriedade e clareza os limites e também as responsabilidades de cada ente federado.

Mencione-se que em 2007, com o lançamento do PDE, foi criado o PAR (Plano de Ações Articuladas), vinculando apoio técnico e financeiro do MEC a municípios à assinatura de planos de

metas com planejamento de políticas educacionais; entretanto, apenas tardiamente houve articulação entre o PDE, o PAR e os princípios do PNE.

Outro empecilho é a ausência – que aqui buscamos suprir – no PNE em vigor de indicadores concretos relativos às metas propostas, de forma que seja possível o constante acompanhamento e avaliação do cumprimento dessas metas. Não só indicadores de metas quantitativas, mas, em especial, indicadores de qualidade, elemento básico que deve permear toda a expansão da educação.

Um terceiro eixo foi o distanciamento da sociedade civil organizada em relação à pressão contínua necessária para garantir que as metas do atual PNE, embora acanhadas, fossem cumpridas. Para superar isso, será fundamental definir a composição, as atribuições e o funcionamento dos diversos órgãos colegiados dos sistemas e das escolas, de forma a incentivar a construção de espaços democráticos para a participação da sociedade, seja no Fórum Nacional de Educação, seja no Conselho Nacional de Educação, seja nos Conselhos Estaduais, Municipais ou Escolares.

Por último – e esse é um dos empecilhos de maior monta – são gigantescos os valores dos investimentos requeridos para a implantação de um Plano Nacional de Educação que promova uma melhoria quantitativa e qualitativa essenciais. Pelas estimativas que faremos neste trabalho será preciso acrescentar aos recursos hoje destinados à educação cerca de 120 bilhões de reais anuais – um pouco mais de 4% do PIB. Para termos de comparação, o fim da DRU trará, a partir de 2011, perto de 10 bilhões a mais para a educação; e o valor de 50% do novo Fundo Social que está sendo criado por meio do PL 5940/2009 para gerir os investimentos da União advindos da camada pré-sal pode render, segundo avaliações preliminares, R\$ 7,5 bilhões por ano para a educação. Os dois aportes, juntos, não chegam, portanto, a uma sexta parte dos novos investimentos necessários.

Fica claro, pois, que mesmo a implantação do PNE em vigor não poderia ter ocorrido a partir dos recursos disponíveis. Se esta questão não for efetivamente debatida, enfrentada e resolvida pela sociedade civil e política, com a proposição de soluções reais, não será a simples promulgação de um novo PNE que garantirá a sua execução.

5. Um breve diagnóstico da situação atual.

Faremos a seguir um levantamento, atualizado até 2008, de alguns aspectos relativos a cada um dos níveis de ensino, tendo por base os dados disponibilizados publicamente pelo governo, bem como diversas informações de outras fontes nacionais e internacionais. Naturalmente que não se trata de fazer um balanço numérico simples, mas também de uma análise de natureza qualitativa, referente às múltiplas questões envolvidas no desenvolvimento e na implantação das diversas políticas. É de se compreender, igualmente, que foge à possibilidade de um trabalho como este dar

tratamento detalhado à grande gama de temas envolvidos, de forma que mencionaremos apenas tópicos centrais, diretamente vinculados às metas e às diretrizes que propomos para um novo PNE.

5.1 Educação Infantil: Creche

A meta aqui adotada de atendimento (Educação Infantil – Creche) a crianças de até 3 anos de idade – alcançar 50% da faixa etária em 10 anos – é precisamente a já definida no PNE da Sociedade Brasileira em 1997.

Essa mesma proposta foi assumida e incorporada pelo PNE atualmente em vigor. Entretanto, a evolução da matrícula pública nos últimos anos mostra percentuais muito menores do que 50%, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Educação Infantil							
Creche– matrículas públicas e privadas.							
Ano	Pública	Privada	Total	Pop. 0 - 3 a	% Públ.	% Priv.	% total
2002	773.964	435.204	1.209.168	13.949.248	5,5%	3,1%	8,7%
2003	767.505	470.053	1.237.558	13.948.915	5,5%	3,4%	8,9%
2004	844.066	504.171	1.348.237	13.854.872	6,1%	3,6%	9,7%
2005	879.117	535.226	1.414.343	13.674.889	6,4%	3,9%	10,3%
2006	917.460	510.482	1.427.942	13.430.360	6,8%	3,8%	10,6%
2007	975.632	593.987	1.569.619	13.140.456	7,4%	4,5%	11,9%
2008	1.081.032	658.156	1.739.188	12.817.170	8,4%	5,1%	13,6%

Fonte: Censo Escolar 2002/2008 (INEP/MEC).

Ao contrário, verifica-se que as matrículas públicas e privadas, somadas, atingiram – e apenas em 2008 – um patamar de 13%, pouco mais da quarta parte do índice pretendido. Mais que isso, a oferta pública subiu para apenas 8%.

Essa constatação é bastante preocupante, especialmente porque, do ponto de vista de desenvolvimento escolar, é fundamental aumentar o acesso da população a esse nível de ensino, já que é conhecida a relação entre a exposição precoce à aprendizagem e o desempenho futuro do indivíduo – acadêmica e profissionalmente.

Outra questão relevante refere-se aos investimentos requeridos para que seja propiciada uma educação de qualidade. A Tabela 2 abaixo mostra a defasagem que existe entre o Brasil e outros países (2006). A Tabela 3 apresenta um histórico da evolução dos gastos do Brasil por aluno/ano, medidos em PIB per capita, por nível de ensino, conforme dados do INEP/MEC.

Tabela 2

Dados (em US\$) sobre investimentos nos diversos graus de ensino em vários países¹, em 2006.

<i>OECD Countries</i>	<i>Pre-primary Education</i>	<i>Primary Education</i>	<i>Secondary Education</i>	<i>Tertiary Education</i>
<i>Australia</i>	4.251,91	6.310,63	8.699,73	15.016,15
<i>Austria</i>	6.783,38	8.516,42	10.577,08	15.147,72
<i>Belgium</i>	5.082,34	7.072,34	8.600,78	13.243,65
<i>Canada</i>			7.773,99	
<i>Czech Republic</i>	3.585,59	3.217,31	5.306,62	7.988,52
<i>Denmark</i>	5.208,24	8.797,72	9.661,67	15.390,72
<i>Finland</i>	4.543,73	5.898,62	7.533,06	12.844,93
<i>France</i>	4.995,16	5.482,32	9.303,35	11.568,11
<i>Germany</i>	5.682,54	5.361,72	7.547,71	13.015,88
<i>Hungary</i>	4.516,43	4.599,39	3.977,92	6.366,88
<i>Iceland</i>	8.154,43	9.299,30	8.492,58	8.578,66
<i>Ireland</i>	6.568,88	6.337,24	8.990,55	11.831,53
<i>Italy</i>	7.082,58	7.716,04	8.494,94	8.724,78
<i>Japan</i>	4.388,65	6.989,42	8.305,43	13.417,99
<i>Korea</i>	3.393,14	4.935,39	7.260,87	8.563,87
<i>Luxembourg</i>		13.675,80	18.143,65	
<i>Mexico</i>	1.977,99	2.003,03	2.164,69	6.461,94
<i>Netherlands</i>	6.006,34	6.425,04	9.516,02	15.195,57
<i>New Zealand</i>	5.112,58	4.952,30	6.043,40	9.287,64
<i>Norway</i>	5.624,88	9.485,59	11.434,99	16.235,17
<i>Poland</i>	4.544,78	3.770,04	3.411,26	5.223,98
<i>Portugal</i>	4.896,86	5.138,05	6.846,07	9.723,72
<i>Slovak Republic</i>	3.156,40	3.221,25	2.962,52	6.055,84
<i>Spain</i>	5.372,33	5.970,20	7.955,11	11.086,99
<i>Sweden</i>	5.474,81	7.698,75	8.496,44	16.990,81
<i>Switzerland</i>	4.166,34	8.793,18	13.268,01	22.230,11
<i>Turkey</i>		1.129,67	1.834,15	
<i>United Kingdom</i>	7.335,36	7.732,09	8.762,94	15.447,14
<i>United States</i>	8.866,53	9.708,51	10.821,18	25.108,77
<i>OECD average</i>	5.260,47	6.437,05	8.006,44	12.336,43
<i>Brazil</i>	1.315,45	1.566,16	1.538,30	10.293,89
<i>Chile</i>	2.764,21	2.087,67	2.090,47	6.291,94
<i>Estonia</i>	1.941,40	3.674,93	4.360,26	4.062,53
<i>Israel</i>	3.802,94	4.922,53	5.857,69	11.132,06
<i>Russian Federation</i>			2.399,48	4.279,17
<i>Slovenia</i>	7.208,69		7.759,20	8.251,13

Fonte: OCDE.

¹ OCDE: *Education at a Glance, 2009, Indicator B1: How much is spent per student? Table B1.1a Annual expenditure on educational institutions per student for all services (2006.)*

Tabela 3

Percentual de Investimento Público Direto, por aluno, em relação ao PIB Per Capita.							
Ano	Total	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental 1 ^a / 4 ^a séries	Ensino Fundamental 5 ^a / 8 ^a séries	Ensino Médio	Educação Terciária
2000	14,1	11,7	13,4	11,5	11,8	11,2	129,6
2001	14,4	12,0	12,0	11,3	12,7	12,6	126,8
2002	14,5	12,0	11,4	13,3	12,3	8,9	121,0
2003	14,0	11,8	12,6	12,4	11,8	9,9	102,2
2004	14,2	12,0	12,8	12,7	12,8	8,8	98,9
2005	14,6	12,3	11,8	13,8	13,1	8,6	97,4
2006	16,4	14,3	12,3	14,7	16,1	11,4	95,0
2007*	17,5	15,1	12,3	17,8	19,5	11,8	92,5

*Cálculos feitos a partir das tabelas disponíveis na página do INEP na internet.

Fonte: INEP/MEC.

O mesmo relatório da OCDE² mostra que a média nos países membros, em termos do percentual do GDP³ per Capita gasto por aluno/ano, é investir 18% na Pré-escola, 20% no Ensino Fundamental, 25% no Ensino Médio e 40% no Ensino Superior. Não se pode esquecer que nesses países, o PIB per capita é muito maior do que no Brasil. Trataremos deste assunto em detalhe mais adiante, quando do cálculo dos recursos necessários à educação de qualidade. Por enquanto, registramos que os valores que vêm sendo investidos aqui são, em geral, muito baixos, não só em termos absolutos, quanto em termos relativos – percentuais do PIB per capita do país.

Alcançar situação similar à existente no mundo desenvolvido, portanto, nos obrigará a dar um salto importante nos valores gastos por aluno/ano. Essa elevação é essencial à qualidade do ensino a ser oferecida, do contrário não será possível dotar as escolas de uma infra-estrutura melhor do que a atual, e nem valorizar a profissão de professor, pagando salários que possam atrair quadros competentes e qualificados.

Note-se que a entrada em vigor da Lei 11.738/2008, que cria o Piso Nacional do Magistério a partir de 2010, inicia o processo de resgate da dignidade dos professores, mas seu impacto sobre os percentuais de investimentos hoje praticados tem ordem de grandeza muito inferior à defasagem apontada.

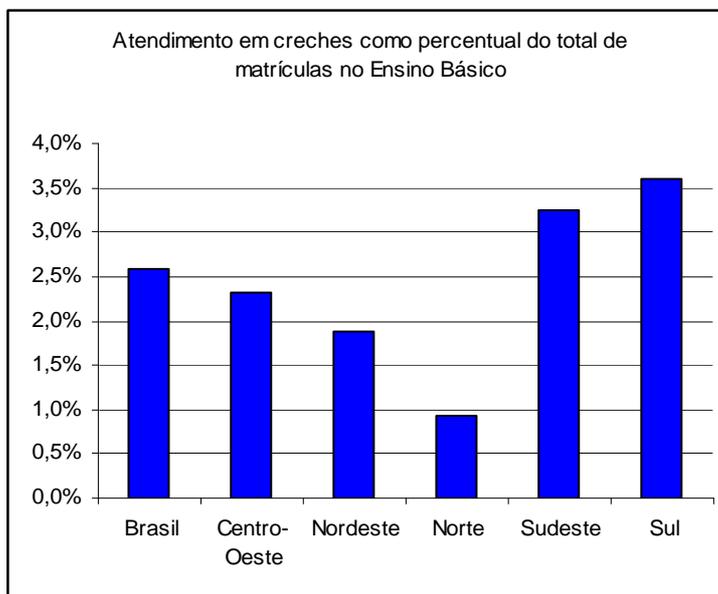
² OCDE Education at a Glance 2009, Indicator B1: How much is spent per student? Table B1.4 Annual expenditure on educational institutions per student for all services relative to GDP per capita (2004), by level of education, based on full-time equivalents.

³ GDP é o 'Gross Domestic Product', ou Produto Nacional Bruto. Teoricamente, há uma pequena diferença entre o Produto Nacional Bruto, PNB, e o Produto Interno Bruto, PIB, mas não entraremos nesse detalhe aqui.

A disparidade regional no atendimento em creches é muito forte no Brasil, como mostra a Tabela 4. Essa desigualdade se mantém ao longo dos anos e a fotografia de 2008 (abaixo) é típica.

Tabela 4

Creches: desigualdades regionais em 2008.



Fonte: Censo Escolar 2008 (INEP/MEC).

Em relação à Educação Especial, o documento⁴ divulgado pelo Conselho Nacional de Educação para subsidiar a construção do PNE 2011-2020 dá indicações precisas sobre as dificuldades de avanço nesse âmbito. Sobre as crianças com deficiência, afirma o texto que “Enquanto 70,8% cursam o Ensino Fundamental, apenas 2,5% estão no Ensino Médio. (...) Em 2008, o Brasil apresentava um total de 319.924 matrículas na Educação Especial por nível de ensino em escolas exclusivamente especializada e/ou classes especiais, segundo o INEP. Apresenta, também, um total de 375.775 matrículas em classes comuns o que demonstra avanços nos processos de inclusão. Das etapas e modalidade da Educação Básica o Ensino Médio e a Educação Profissional são aqueles que revelam maiores limites em termos de matrícula, em 2008. As escolas exclusivamente especializadas apresentam um total de 2.768 matrículas no Ensino Médio e 4.952 na Educação Profissional. Das classes comuns (inclusão) o Ensino Médio apresenta 17.344 matrículas e a Educação Profissional é responsável por somente 546”.

Esse diagnóstico revela que, se algum progresso foi feito em relação a questões relativas à integração e inclusão dos portadores de deficiência, por outro lado fica claro que o Estado brasileiro

⁴ Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020, Conselho Nacional de Educação, Comissão Bicameral para Estudo do Plano Nacional de Educação (2011-2020).

ainda se responsabiliza muito pouco em relação aos portadores de deficiência, em especial após a faixa etária até 6 anos de idade. Portanto, é ainda frágil a caminhada em direção a ‘*Garantir de forma integrada e em todos os níveis e modalidades educacionais, atenção específica às necessidades de estudantes portadores de deficiência (...)*’, como aqui defendemos. Essa é uma avaliação que se aplica – muito mais do que apenas às creches – ao conjunto da educação e, portanto, deve ser uma prioridade no PNE 2011-2020.

Por último – e o comentário que se segue vale, de novo, para o conjunto dos níveis de ensino – tem sido muito discreto o esforço governamental para “*Ampliar progressivamente a extensão do tempo de permanência nas escolas de Educação Básica*”, conforme pleiteamos neste documento.

É fato de que houve iniciativas nessa direção, como o Programa Mais Educação do MEC.

De acordo com dados do governo, contudo, 10.000 escolas funcionarão em tempo integral, no ano de 2009. Como há no Brasil cerca de 200.000 escolas de Educação Básica⁵, sendo cerca de 165.000 públicas, vê-se que estamos longe de progredir efetivamente rumo à implantação da Escola de Tempo Integral na Educação Básica, como apropriadamente defende o CNE em seu documento de subsídio à construção do novo PNE.

5.2 Educação Infantil: Pré-escola

A aprovação da PEC 96A/03 irá, afinal, prover o arcabouço legal para a efetiva universalização do atendimento à Pré-escola. Entretanto, esse é um processo que não se esgota na mera ampliação do quantitativo de matrículas oferecidas, mas que contém em si um conjunto de outras dimensões importantes, dentre as quais destacamos a garantia da qualidade do ensino a ser disponibilizado (o que inclui a valorização dos profissionais de ensino), a expansão geográfica homogênea, visando superar as desigualdades regionais hoje existentes, e o acesso igualitário.

A primeira delas tem a ver com o debate sobre qual o volume de recursos necessário para assegurar qualidade – ou seja, o cálculo do Custo Aluno Qualidade, CAQ⁶, e a discussão dos parâmetros a utilizar. A importância das outras duas dimensões fica evidente quando consultamos as Tabelas 5 e 6, que mostram o fosso que separa os brasileiros, quando se trata de acesso à

⁵ Censo Escolar 2008, INEP/MEC.

⁶ Neste trabalho adotaremos o CAQ em função do PIB per capita. Para 2011 projetamos valores iniciais – o chamado Custo Aluno Qualidade Inicial, CAQi – que variam, para o Ensino Básico, entre R\$ 3000,00 e R\$ 4000,00 (reais de 2009). Há vários estudos sendo feitos a respeito, como o do Conselho Nacional de Educação. Uma outra referência (que propõe valores entre R\$ 2000,00 e R\$ 5000,00) é o trabalho de Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Educação Infantil pública – seja por fatores étnicos, domiciliares (domicílio urbano x rural), de renda, ou geográficos.

Tabela 5

Brasil: Taxa de frequência à Creche ou à Pré-escola – 2006				
Grupos de idade:		0 – 3 anos	4 – 5 anos	6 anos
Brasil		15,5	67,6	91,1
Sexo	Homens	16,1	67,1	90,8
	Mulheres	14,8	68,1	91,5
Cor	Branca	17,1	70,2	92,7
	Preta/Parda	13,8	65,4	89,8
	Outras	14,3	61,0	83,6
Domicílio	Urbano	17,6	72,0	92,8
	Rural	6,6	50,0	84,5

Fonte: IBGE, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela 6

Brasil: Taxa de frequência à Creche ou à Pré-escola – 2006				
Grupos de idade:		0 – 3 anos	4 – 5 anos	6 anos
Brasil		15,5	67,6	91,1
Regiões	Norte	8,0	54,6	82,7
	Nordeste	13,3	73,8	92,5
	Sudeste	19,2	73,5	93,8
	Sul	18,3	53,7	87,8
	Centro-Oeste	11,5	54,7	89,2
Renda	20% + pobres	9,7	58,0	85,9
	20% + ricos	29,6	87,2	98,1

Fonte: IBGE, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Apresentamos adiante informações sobre números de matrículas nas creches públicas, mas antes cabe uma digressão para tratar de uma questão metodológica.

Ocorre que a Lei de Diretrizes e Bases, no seu Artigo 87, faculta a matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental, e, na prática, isto vem ocorrendo com uma parcela crescente da população dessa faixa, em especial após a entrada em vigor⁷ da Lei nº.11.274, que determina a matrícula de todas as crianças de 6 anos no primeiro ano do Ensino Fundamental, não mais na Pré-escola, estabelecendo prazo até 2010 para implementação da medida.

⁷ De 6 de fevereiro de 2006.

Assim, em meio a essa situação transitória, a divisão do número de matriculados na pré-escola pelo total da população da faixa etária 4 – 6 anos produz uma subestimação real da escolarização bruta nesse nível de ensino.

Contudo, como o cálculo que faremos dos investimentos necessários à educação será computado somando-se as matrículas necessárias para o financiamento dos diversos graus de ensino (relativos às correspondentes faixas etárias estipuladas legalmente), a definição que aqui adotaremos, embora possa produzir alguma discrepância em relação a outros dados estatísticos disponíveis que não utilizam essa metodologia, não afetará a estimativa de investimentos necessários às metas propostas para a educação brasileira.

Independentemente das considerações acima, as estatísticas seguintes demonstram uma estagnação na evolução do atendimento na pré-escola pública, que não tem evoluído de forma positiva nos últimos anos. Consideradas as observações feitas acima, mencionemos que os percentuais mostrados na Tabela 7 referem-se à escolarização bruta⁸.

Tabela 7

Educação Infantil							
Pré-escola – matrículas públicas e privadas.							
Ano	Pública	Privada	Total	Pop. 4 - 6 a	% Públ.	% Priv.	% total
2002	3.706.894	1.270.953	4.977.847	10.094.214	36,7%	12,6%	49,3%
2003	3.837.092	1.318.584	5.155.676	10.192.144	37,6%	12,9%	50,6%
2004	4.071.879	1.483.646	5.555.525	10.304.793	39,5%	14,4%	53,9%
2005	4.277.350	1.513.320	5.790.670	10.404.890	41,1%	14,5%	55,7%
2006	4.148.226	1.439.927	5.588.153	10.447.479	39,7%	13,8%	53,5%
2007	3.598.705	1.249.178	4.847.883	10.411.498	34,6%	12,0%	46,6%
2008	3.632.924	1.261.056	4.893.980	10.303.001	35,3%	12,2%	47,5%

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

Além do mais, as Tabelas 5 e 6 mostram que, em toda a Educação Infantil (Creche e Pré-escola), será preciso um grande esforço para reduzir as profundas diferenças de oportunidade existentes: vê-se que, dos 20% mais ricos na faixa de 4 - 5 anos, 87,2% frequentam a Pré-escola, enquanto que, para os 20% mais pobres, o percentual é de 58,0%; nas Creches, a situação é pior.

Esse cenário é mais ainda agravado pelas fortes disparidades inter-regionais – basta ver que no Sudeste a frequência das crianças à pré-escola é 40% superior à das que vivem no Centro-Oeste.

⁸ A escolarização bruta, neste caso, é o resultado da divisão do total de alunos matriculados na pré-escola pela população da faixa etária correspondente – que será considerada como indo de 4 a 6 anos.

5.3 Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental no Brasil, como mostra a Tabela 8, o setor público é hoje amplamente hegemônico, estando o setor privado estabilizado no atendimento de aproximadamente 12% da população da faixa etária correspondente.

Tabela 8

Ensino Fundamental							
Ano	Matrículas públicas	Matrículas privadas	Total de matrículas	População 7 - 14 a	% público	% privado	% Total
2002	31.915.585	3.234.777	35.150.362	26.822.930	119,0%	12,1%	131,0%
2003	31.162.624	3.276.125	34.438.749	26.659.109	116,9%	12,3%	129,2%
2004	30.680.954	3.331.480	34.012.434	26.549.614	115,6%	12,5%	128,1%
2005	30.157.792	3.376.769	33.534.561	26.545.405	113,6%	12,7%	126,3%
2006	29.814.686	3.467.977	33.282.663	26.664.112	111,8%	13,0%	124,8%
2007	28.426.672	3.306.526	31.733.198	26.856.594	105,8%	12,3%	118,2%
2008	28.392.003	3.302.494	31.694.497	27.066.439	104,9%	12,2%	117,1%

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

O Gráfico 1, que reflete os dados da Tabela 9, evidencia que a escolarização bruta (tomada aqui como o total de matrículas no Ensino Fundamental dividido pela população da faixa etária 7 – 14 anos⁹) vem caindo ano a ano, à medida em que diminui o número de alunos matriculados com idade maior do que a prevista para esse grau de ensino – os ‘fora de faixa’. De fato, em 2002 havia 7,6 milhões de estudantes com 15 anos ou mais matriculados no Ensino Fundamental, ao passo que esse número foi reduzido para menos da metade (3,7 milhões) em 2008. A Tabela 9 mostra que há mais alunos matriculados com idade até 14 anos do que o total da população na faixa 7-14 anos; isso se deve à existência de matrículas de alunos com 6 anos de idade.

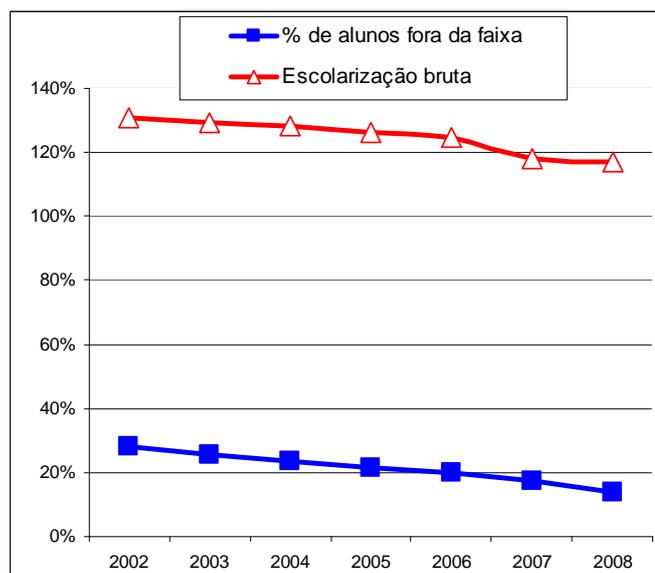
Tabela 9

	População 7 – 14 anos	Total de matrículas, Ens.Fund.	Até 14 anos	15 anos ou mais
2002	26.822.930	35.150.362	27.572.578	7.577.784
2003	26.659.109	34.438.749	27.585.961	6.852.788
2004	26.549.614	34.012.434	27.793.109	6.219.325
2005	26.545.405	33.534.561	27.829.065	5.705.496
2006	26.664.112	33.282.663	28.028.833	5.253.830
2007	26.856.594	31.733.198	27.066.929	4.666.269
2008	27.066.439	31.694.497	28.000.783	3.693.714

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

⁹ Teoricamente, a divisão hoje deveria ser feita pela população da faixa etária 6-14 anos, em conformidade com a legislação vigente. Entretanto, isso distorceria a metodologia aqui adotada.

Gráfico 1



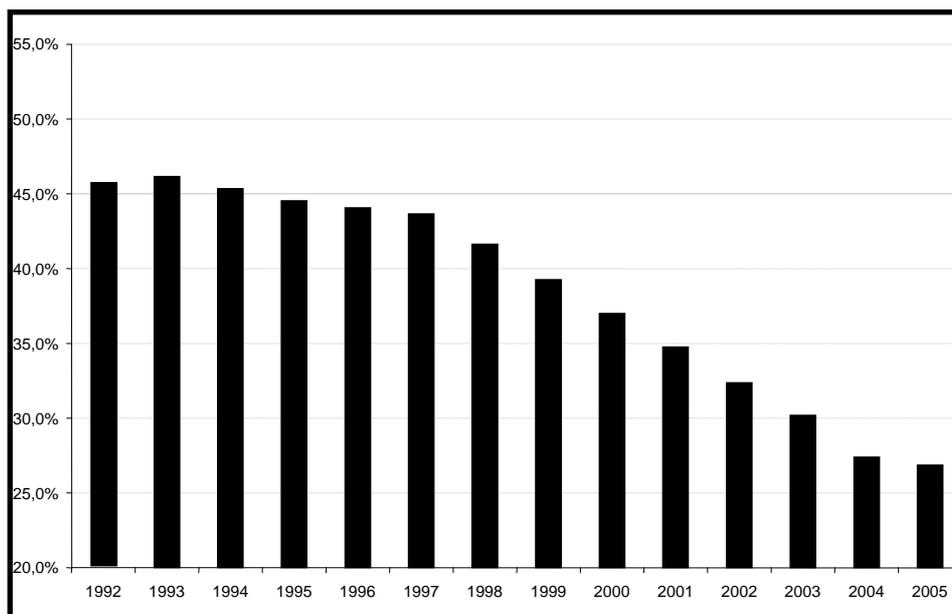
Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

Os dados acima são corroborados pela queda progressiva da defasagem idade-série, conforme demonstrado no Gráfico 2.

A redução dos valores correspondentes a esse indicador declinou lentamente até 1997, acentuando-se fortemente o movimento descendente após 1998.

Gráfico 2

Evolução da defasagem idade-série dos alunos no Ensino Fundamental.

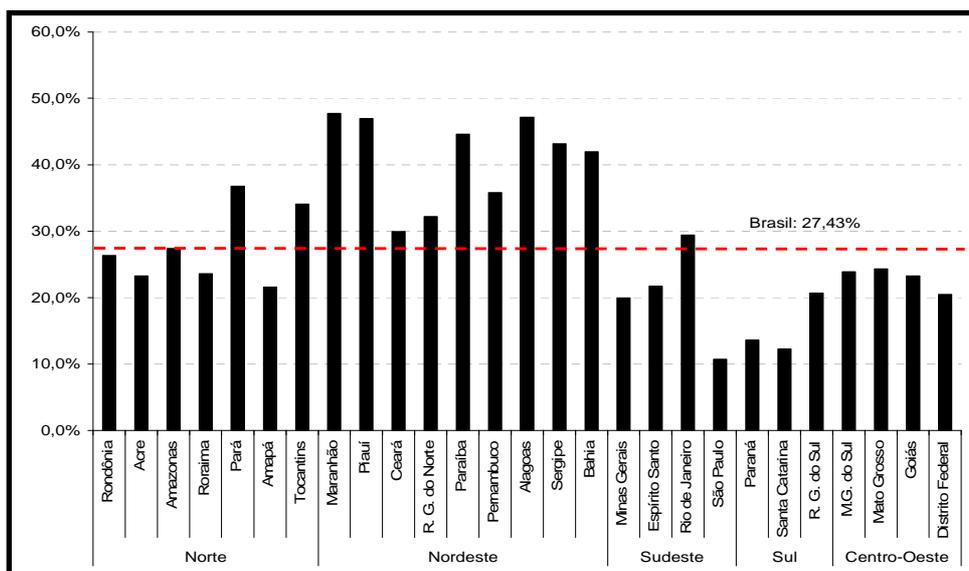


PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) / IBGE.

Um grande desafio a ser enfrentado é revelado pelo Gráfico 3. Mesmo em 2005, ano final da série do Gráfico 2, havia no país forte disparidade regional, em relação à defasagem idade-série: quase 50% no Maranhão e cerca de 10% em São Paulo.

Gráfico 3

Defasagem idade-série dos alunos no Ensino Fundamental em 2005 por UF.



PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) / IBGE.

Acréscia-se a essas observações que é preciso bastante cuidado ao lidar com indicadores como a escolarização bruta ou com taxas de conclusão¹⁰.

Ambos não refletem a dinâmica interna ao processo escolar, no que se refere à defasagem série-idade ou à variação da idade de conclusão.

Podem às vezes, inclusive, mascarar o que está de fato acontecendo.

Apresentamos a seguir, na Tabela 10 e nos gráficos que se seguem – a ela referentes –, alguns dados adicionais para ilustrar esse fato e, ao mesmo tempo, para esclarecer um pouco melhor o que vem acontecendo nos últimos anos em relação ao assunto, no Ensino Fundamental.

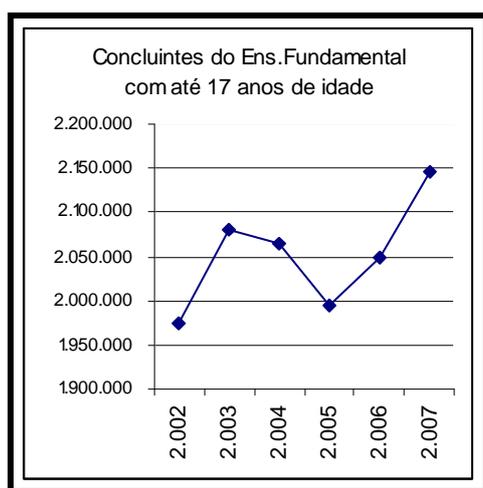
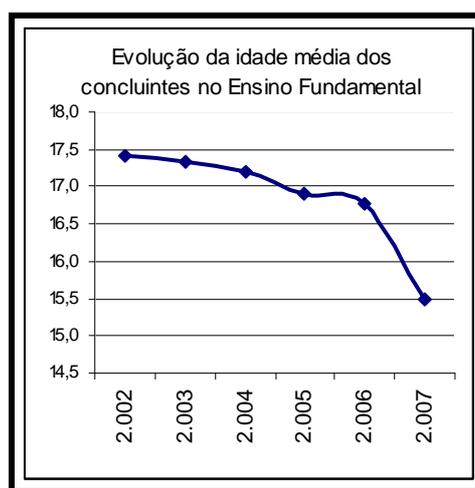
¹⁰ As taxas de conclusão para um nível de ensino são normalmente tomadas como sendo o percentual obtido dividindo-se o total de concluintes num determinado ano pela população da coorte etária correspondente à idade média de conclusão desse nível.

Tabela 10

	Número de Concluintes no Ensino Fundamental.								Idade média de conclusão.
	Concluintes com 17 anos ou menos.	Total de concluintes.	Faixa Etária						
			0/14 a	15/17 a	18/19 a	20/24 a	25/29 a	29 a ou +	
2.002	1.974.580	2.707.683	89.446	1.885.134	395.670	206.513	62.808	68.112	17,4
2.003	2.079.396	2.778.033	94.190	1.985.206	378.956	186.830	60.659	72.192	17,3
2.004	2.064.679	2.668.605	85.510	1.979.169	334.265	153.824	51.726	64.111	17,2
2.005	1.993.958	2.462.319	100.939	1.893.019	280.526	110.883	34.446	42.506	16,9
2.006	2.049.606	2.471.690	104.395	1.945.211	263.238	94.204	29.955	34.687	16,8
2.007	2.146.371	2.314.398	1.088.861	1.057.510	92.454	40.613	13.036	21.924	15,5

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

A partir desses números, vê-se que a taxa de conclusão no Ensino Fundamental vem baixando, posto que o total de concluintes diminuiu – de 2,7 milhões em 2002 para 2,3 milhões em 2007 –, enquanto que a população na faixa etária aumentou. Entretanto, isso se dá porque, aos poucos, vem caindo o número de alunos ‘fora de faixa’ – e de forma acentuada. Tanto assim que o número desses estudantes (tomados aqui como os concluem o Ensino Fundamental com 18 anos ou mais) desaba de mais de 700 mil em 2002 para menos de 170 mil em 2007. Por outro lado, a quantidade de concluintes com 17 anos ou menos, ao contrário, subiu de 1,97 milhões de estudantes em 2002 para 2,15 milhões em 2007. Isso se dá simultaneamente à queda da idade média dos concluintes. Os gráficos seguintes visualizam melhor essas observações.

Gráfico 4**Gráfico 5**

Além das questões tratadas acima há uma outra, talvez uma das mais importantes, que terá que se enfrentada em relação ao Ensino Fundamental (e também em relação ao Ensino Básico como um todo): é a relativa ao insuficiente montante de recursos que vem sendo destinado, por aluno/ano. Nesse sentido, têm sido feitos diversos estudos do ‘Custo Aluno Qualidade’, o CAQ, no sentido de

determinar os valores dos aportes necessários para garantir um ensino de boa qualidade. Esse debate, que está sendo conduzido por vários atores, em especial pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, insiste no ponto de vista que aqui defendemos: sem mudar a lógica do financiamento educacional no país, não haverá ensino efetivamente de qualidade, o que demanda condições estruturais e de trabalho adequadas, além da revalorização da profissão de professor, ao qual não podem continuar sendo pagos salários irrisórios. O fato é que, conforme mostra a Tabela 3 deste documento, o gasto público por aluno/ano no Ensino Fundamental oscilou, entre os anos 2000 e 2007, na faixa de 11% a 19% do PIB per capita. A propósito, em artigo recente¹¹, membros¹² da Câmara de Educação Básica do CNE defendem a definição de um CAQ (Custo Aluno Qualidade) na Educação Básica ‘próximo a R\$ 4.000,00’, com a injeção de mais cerca de 100 bilhões de reais na educação (projeção de 7,5% do PIB). Esses valores são inteiramente compatíveis com os que aqui postulamos – que apontam para investimentos em educação de 6% do PIB em 2011, subindo gradualmente para quase 9% em 2020.

Mais adiante, no capítulo sobre financiamento, definiremos nossa proposta de aporte de recursos (gasto público) por aluno/ano, que – aqui antecipamos – propõe um patamar de 25% do PIB per capita como padrão de CAQ para o Ensino Fundamental. Para referência, apresentamos na Tabela 11 os valores do PIB do Brasil, do PIB per capita e do montante correspondente a 25% do PIB per capita, entre 2001 e 2008.

Tabela 11

Evolução do PIB e do PIB per capita no Brasil 2001/2008			
Ano	PIB (milhões R\$)	PIB per capita (R\$)	25% do PIB per capita (R\$)
2.001	1.198.736,19	6.896,35	1.724,09
2.002	1.346.027,55	7.630,93	1.907,73
2.003	1.556.182,11	8.694,47	2.173,62
2.004	1.766.621,03	9.728,84	2.432,21
2.005	1.937.598,29	10.519,88	2.629,97
2.006	2.300.133,20	12.688,04	3.172,01
2.007	2.558.000,00	13.515,00	3.378,75
2.008	2.889.719,00	15.240,00	3.810,00

Fontes: Banco Central do Brasil, IBGE.

De acordo com esses dados, 25% do PIB per capita equivaliam – no ano de 2008 – a R\$3.810,00. Observe-se, ademais, que o PIB per capita, em 2010, deve subir cerca de 4%, já que a

¹¹ Intitulado ‘Quanto custa a boa educação’ e publicado no jornal ‘O Estado de São Paulo’, em 27 de outubro de 2009.

¹² Antonio Ibañez Ruiz e Mozart Neves Ramos.

expansão populacional prevista (IBGE) é de 0,9% e o aumento projetado do PIB, 5%, o que elevará o valor de 25% do PIB per capita a um patamar em torno de R\$ 4.000,00. Ressalte-se que, neste trabalho, iremos propor, para o Ensino Fundamental, um Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) levemente inferior ao Custo Aluno Qualidade (CAQ): 20% do PIB per capita. Isso equivaleria a adotar um CAQi correspondente a R\$ 3.200,00, com elevação progressiva até alcançar o CAQ de 25% do PIB per capita, em 2020.

Por último, destacamos uma questão que não é menor e que terá que ser prevista e tratada adequadamente nos estudos sobre o Custo Aluno Qualidade, no sentido de ampliar o que se entende por ‘educação gratuita’. Trata-se de considerar com atenção um conceito que alguns têm chamado¹³ de ‘gratuidade ativa’: ir à escola implica em gastos tradicionais, como transporte, livros, uniformes, alimentação fora de casa e outros que às vezes são supridos pelo Estado, em parte ou no todo; mas implica também na geração de ônus financeiros indiretos, para o aluno ou para as suas famílias, e nesta categoria situa-se a prestação de serviços que deixa de ser feita, como, por exemplo, o cuidado de crianças menores ou idosos e o serviço doméstico. A ‘gratuidade ativa’, então, deve ser pensada como um conjunto de ações do Estado que, *ativamente*, busque superar esses ônus indiretos.

5.4 Ensino Médio

No Ensino Médio no Brasil, como mostra a Tabela 12, o setor público é hoje – como no Ensino Fundamental – amplamente hegemônico, estando o setor privado estabilizado no atendimento de aproximadamente 10% da população da faixa etária correspondente.

Tabela 12

Ensino Médio							
Ano	Rede Pública	Rede Privada	Total	Pop.15-17 a	% Públ.	% Priv.	% total
2002	7.587.684	1.122.900	8.710.584	10.700.113	70,9%	10,5%	81,4%
2003	7.945.425	1.127.517	9.072.942	10.545.913	75,3%	10,7%	86,0%
2004	8.057.966	1.111.391	9.169.357	10.451.589	77,1%	10,6%	87,7%
2005	7.933.715	1.097.587	9.031.302	10.315.318	76,9%	10,6%	87,6%
2006	7.838.086	1.068.734	8.906.820	10.132.649	77,4%	10,5%	87,9%
2007	7.273.116	991.700	8.264.816	9.945.207	73,1%	10,0%	83,1%
2008	7.279.578	992.581	8.272.159	9.832.952	74,0%	10,1%	84,1%

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

¹³ Como o professor da USP e ex-presidente do INEP Otaviano Helene o faz, em seu artigo ‘Análise de indicadores de conclusão escolar nas últimas 5 décadas’, publicado na Revista ADUSP de janeiro de 2010.

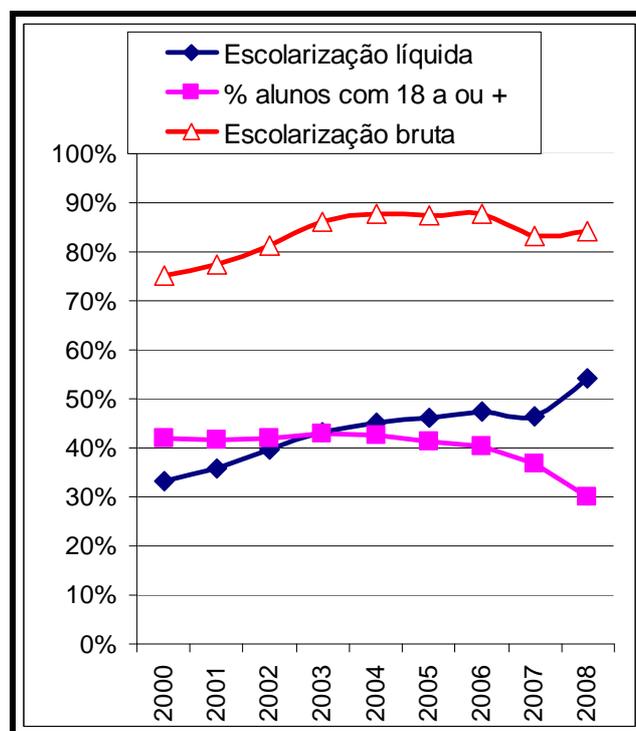
O Gráfico 6 e a Tabela 13 mostram que a escolarização bruta (total de matrículas no Ensino Médio dividido pela população da faixa etária 15 – 17 anos), ascendente no início da década passada, passa a cair após 2006. Paralelamente a isso, o número de alunos matriculados em 2008 com idade fora daquela correspondente ao Ensino Médio – isto é, aqueles com 18 anos ou mais – era de 3 milhões, o que representou um percentual de 30% da população da faixa etária 15 – 17 anos, sem dúvida uma situação ainda bastante precária.

Tabela 13

	População 15 – 17 anos	Total de Matrículas, Ens.Médio	Até 17 anos	18 anos ou mais
2002	10.700.113	8.710.584	4.232.734	4.477.850
2003	10.545.913	9.072.942	4.543.426	4.529.516
2004	10.451.589	9.169.357	4.725.129	4.444.228
2005	10.315.318	9.031.302	4.769.461	4.261.841
2006	10.132.649	8.906.820	4.813.271	4.093.549
2007	9.945.207	8.264.816	4.621.288	3.643.528
2008	9.832.952	8.272.159	5.315.489	2.956.670

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

Gráfico 6

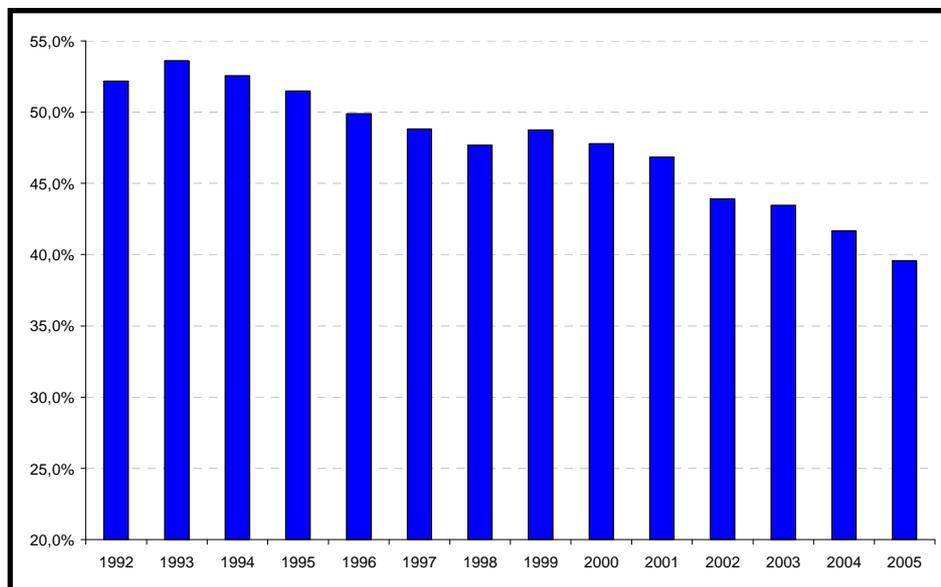


Fonte: INEP/MEC.

O Gráfico 7 mostra que, ao mesmo tempo, a defasagem idade-série vem caindo continuamente ao longo dos anos.

Gráfico 7

Evolução da defasagem idade-série dos alunos no Ensino Médio.

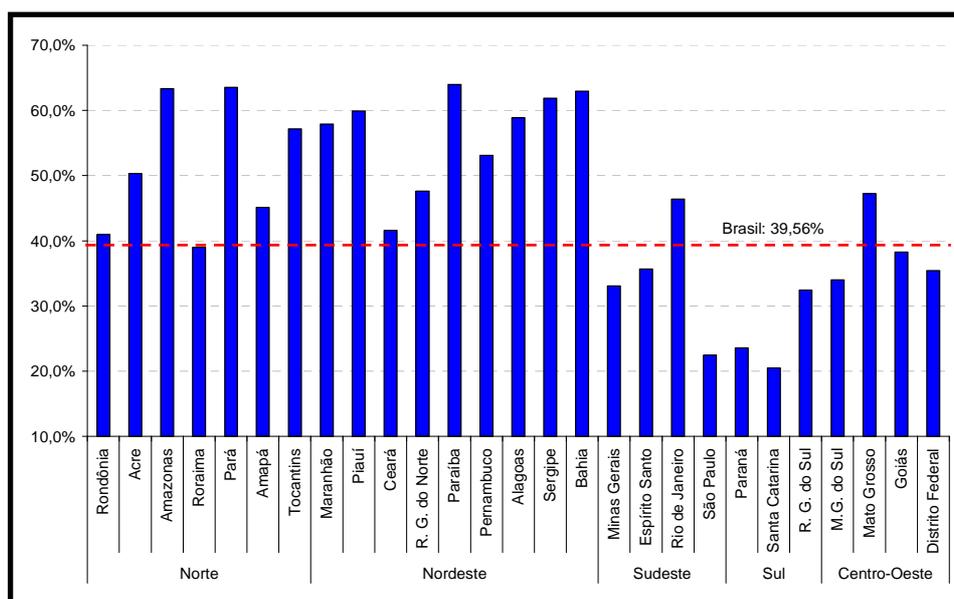


PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) / IBGE.

O Gráfico 8, por sua vez, indica que, ainda em 2005, as desigualdades regionais no Ensino Médio eram enormes, maiores ainda do que no Ensino Fundamental. Assim é que a defasagem idade-série era próxima a 20% em São Paulo, Paraná e Santa Catarina e em torno de 65% no Amazonas, Pará, Paraíba e Bahia.

Gráfico 8

Defasagem idade-série dos alunos no Ensino Médio por Unidade Federativa (2005)



PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) / IBGE.

Apresentamos, agora em relação ao Ensino Médio, a Tabela 14 e os gráficos que se seguem, em que dados análogos aos mostrados para o Ensino Fundamental são explicitados, tanto em relação a conclusões de curso como também à diminuição da idade média dos concluintes.

Tabela 14

	Número de Concluintes no Ensino Médio.								Idade média de conclusão.
	Concluintes com 19 anos ou menos.	Total de concluintes.	Faixa Etária						
			0/16 a	17/19 a	20/21 a	22/24 a	25/29 a	29 a ou +	
2.002	957.690	1.855.419	8.068	949.622	435.131	255.717	102.071	104.810	20,6
2.003	1.014.329	1.884.874	8.323	1.006.006	423.949	249.396	97.508	99.692	20,4
2.004	1.073.353	1.851.834	9.108	1.064.245	388.963	213.580	87.837	88.101	20,2
2.005	1.136.895	1.879.044	9.620	1.127.275	375.760	198.726	81.243	86.420	20,1
2.006	1.172.710	1.858.615	8.827	1.163.883	353.829	179.921	72.140	80.015	19,9
2.007	1.337.846	1.749.731	37.617	1.300.229	175.881	95.705	60.364	79.935	19,4

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

Gráfico 9

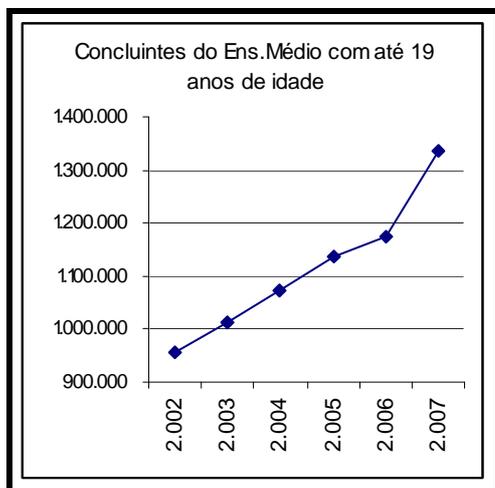


Gráfico 10



Por último, em relação a investimento (gasto público) por aluno/ano, a Tabela 3 deste documento mostra que no Ensino Médio, no período que vai de 2000 a 2007, estes variaram entre 9% e 12% do PIB per capita. Esses números estão muito distantes dos 25% do PIB per capita, que aqui adotaremos, em consonância com os valores propostos por diversos estudos.

5.5 Educação Profissional

A oferta de Educação Profissional no Brasil aumentou de forma gradativa no período entre 2002 e 2008, com variação positiva total de 28%, de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15

Educação Profissional			
Ano	Pública	Privada	Total*
2002	279.143	285.899	565.042
2003	264.398	324.985	589.383
2004	283.391	392.702	676.093
2005	295.349	411.914	707.263
2006	336.662	408.028	744.690
2007	308.516	373.915	682.431
2008	357.210	432.932	790.142

Censo Escolar 2002/08 (INEP/MEC).

* Educação Profissional Concomitante e Subsequente.

Assinale-se também que é de se esperar um significativo crescimento nessa oferta, já nos anos imediatamente posteriores a 2008 (último exercício do qual se têm dados disponíveis), como resultado de diversas iniciativas governamentais recentes. Assim é que o programa Brasil Profissionalizado¹⁴ busca elevar a matrícula no ensino médio integrado; e, por sua vez, a criação, em julho de 2008, de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) constitui um estímulo promissor, alcançando todos os Estados brasileiros, inclusive de forma interiorizada, já que nessas instituições funcionarão 312 campi, de acordo com o anúncio oficial. Nesses IFs 50% das vagas será oferecida em cursos técnicos de nível médio, de currículo integrado e, segundo o governo, “a intenção é oferecer ensino médio com educação humanística, científica e profissional, de maneira integrada” (página do MEC). Haverá também oferta de educação profissional de nível superior. É importante assinalar que, com os acordos salariais firmados em 2007 e 2008, a remuneração dos professores dessas IFs será igual à dos docentes das IFES (para a mesma qualificação, posto na carreira e regime de trabalho), o que possibilitará atrair profissionais qualificados para os quadros dessas instituições. Ao mesmo tempo, foram criadas mais 100 escolas técnicas federais, apenas em 2009, e a previsão é que até 2010 existam cerca de 350 escolas, contra as 140 que havia em 2002.

¹⁴ Lançado no fim de 2007, consiste em financiamento e assistência técnica do governo federal para ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio nas redes estaduais de ensino.

Por fim, o programa ‘E-TEC’ pretende implantar, até 2010, mil pólos de educação técnica profissionalizante, levando cursos – através da modalidade ‘à distância’ – para regiões mais distantes e para a periferia das cidades. É claro que, nesse particular, há dois lados a considerar: em tese, é bem vindo o uso de novas tecnologias para a democratização do conhecimento e para a integração de locais menos acessíveis geograficamente; por outro lado, inovações dessa magnitude envolvem o enfrentamento de grandes desafios, e só um acompanhamento atento do desenvolvimento do programa, bem como o aporte dos necessários recursos, garantirão a desejável qualidade da correspondente formação a ser oferecida.

Registramos aqui que os recursos necessários à Educação Profissional, do ponto de vista metodológico, estarão incluídos nas destinações requeridas para os diversos níveis de ensino e não serão, portanto, calculados ou referidos em separado.

5.6 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos, mais do que um dever do Estado, é uma obrigação de justiça e, sobretudo, um pré-requisito fundamental ao desenvolvimento com inclusão e distribuição de renda. Reconhecendo esse princípio, o governo elaborou¹⁵ em 2003 um estudo detalhado que tratou, entre outros pontos, da necessidade de se oferecer programas de Educação a Jovens e Adultos, propondo neles disponibilizar, no ano de 2010, cerca de 9 milhões de matrículas em cursos de nível fundamental e 3 milhões em cursos de nível médio. Entretanto, a Tabela 16 mostra que, efetivamente, não foi isso que aconteceu. Apesar do número de matrículas ter subido de 3,4 milhões para 4,7 milhões, entre 2002 e 2008, esse patamar é absolutamente insuficiente, quando comparado, por exemplo, à meta de governo (12 milhões em 2010).

Tabela 16

Educação de Jovens e Adultos			
Ano	Pública	Privada	Total
2002	3.463.676	315.917	3.779.593
2003	4.121.479	281.957	4.403.436
2004	4.331.658	245.610	4.577.268
2005	4.401.447	217.962	4.619.409
2006	4.681.574	179.816	4.861.390
2007	4.757.435	182.730	4.940.165
2008	4.721.042	181.332	4.902.374

Fonte: Censo Escolar 2002/2008, INEP/MEC.

¹⁵ A referência aqui é ao Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação (2003), já mencionado.

Um Plano Nacional de Educação deverá necessariamente corrigir tal trajetória, e não é por outra razão que propomos como meta para os próximos 10 anos elevar o número de matrículas em programas de Educação para Jovens e Adultos, EJA, até atingir, em 2020, 12 milhões de alunos. Além do crescimento bastante limitado do número de alunos em programas de EJA, o investimento na área tem patinado ao longo do tempo, mantendo-se¹⁶ em patamares em torno de 0,5% do PIB, compatíveis com um Custo Aluno Qualidade que pode ser calculado, a partir daí, como sendo da ordem de 18% do PIB per capita – o que é insuficiente.

5.7 Alfabetização

Do ponto de vista metodológico, comente-se inicialmente que a alfabetização faz parte dos programas de Educação de Jovens e Adultos, mas, dada a importância particular do assunto, será aqui tratada em separado, o que é uma prática habitual em vários documentos sobre educação¹⁷.

Essa é uma área em que os avanços recentes têm sido muito discretos.

Tudo indica que, apesar de ações voltadas especificamente para essa questão, como o lançamento do programa de governo ‘Brasil Alfabetizado’, em 2003, as metas previstas ficarão longe de ser atingidas¹⁸. Aliás, vêm sendo sistematicamente adiadas. Assim é que, em 2008, o então coordenador de Alfabetização do Ministério da Educação, Tancredo Maia, informou sobre a necessidade de rever a meta previamente anunciada de erradicar o analfabetismo no país até 2007, que era uma proposta constante do PNE da Sociedade Brasileira, passando a apontar para a sua consecução apenas no ano de 2010, conforme previsto no PNE em vigor¹⁹.

É verdade que acabar com o analfabetismo não é tarefa simples, em especial para as faixas etárias de pessoas mais velhas, ou para os residentes na zona rural. Entretanto, também é verdade que o aporte de recursos disponibilizados para esse fim tem ficado muito abaixo do mínimo necessário.

O PNE da Sociedade Brasileira previa o investimento de US\$ 1.000.

O valor que será proposto neste documento é de 10% do PIB per capita. Isso corresponderia, hoje, a algo próximo a R\$ 1.600,00, valor semelhante aos US\$ 1.000.

¹⁶ Segundo o INEP/MEP

¹⁷ Assim foi feito no PNE da Sociedade Brasileira (1997). Em BRASIL. MEC/INEP/Casa Civil (2003) não só o procedimento foi idêntico como também o respectivo percentual do PIB respectivo foi calculado em separado.

¹⁸ O máximo alcançável, no atual ritmo, seria cumprir o ‘Compromisso de Dakar’, assumido por um conjunto expressivo de nações, dentre elas o Brasil, no Fórum Mundial de Educação realizado em abril de 2000 naquela cidade: reduzir o analfabetismo à metade até 2015, o que, no nosso caso, significaria atingir nesse ano um índice de 6,7%.

¹⁹ Diz o PNE em vigor: “Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo”.

Por outro lado, o governo apontou em 2003²⁰ para o atendimento de 4 milhões de pessoas anualmente, durante 4 anos, a um custo variando entre 5,9% e 7,1% do PIB per capita. Entretanto, os montantes aplicados têm sido muito inferiores, conforme exposto na Tabela 17: eles variaram, entre 2004 e 2007, no intervalo 1,1% / 1,8% do PIB per capita. Isso mostra que, para além da dificuldade intrínseca existente, há um sério problema de financiamento, visto que esses percentuais são muito inferiores aos necessários.

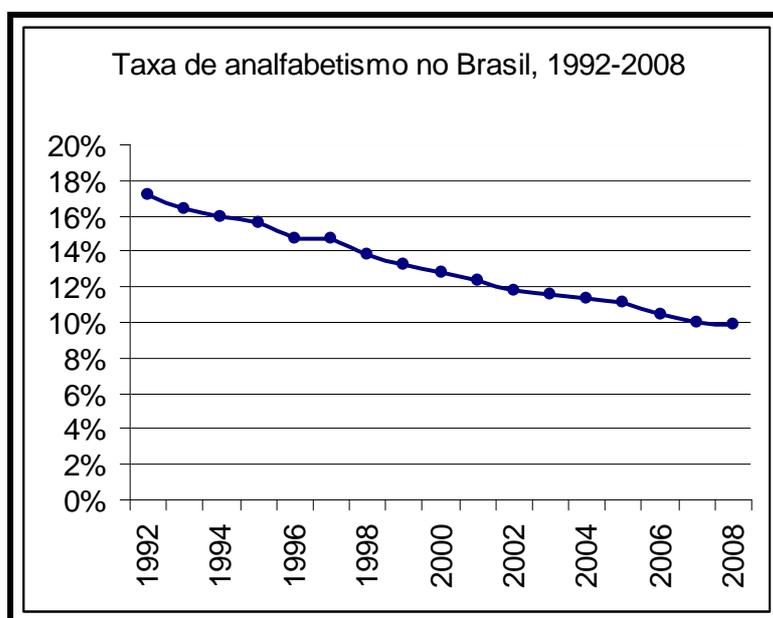
Tabela 17

Investimento em Programas de Alfabetização, em termos de percentual do PIB per capita					
Ano	Recursos Investidos, em milhões de reais.	Alunos inscritos no programa, em milhões de pessoas.	Recursos investidos, por aluno	Valor do PIB per capita	Recursos (% do PIB per capita)
2.004	168	1,53	109,91	9.728,84	1,1%
2.005	188	1,88	100,16	10.519,88	1,0%
2.006	207	1,55	133,71	12.688,04	1,1%
2.007	315	1,28	246,43	13.515,00	1,8%

Fonte: MEC para os dados sobre alunos e recursos investidos; Banco Central para o PIB per capita.

O Gráfico 11 mostra a trajetória histórica da taxa de analfabetismo, deixando evidente que, na velocidade de hoje, levaremos décadas para erradicá-lo.

Gráfico 11



Fonte: PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) / IBGE.

Para reverter essa trajetória, propomos aqui, à semelhança do sugerido no PNE da Sociedade Brasileira, o oferecimento a cada aluno de um ciclo de 4 anos de estudos. Nesse sentido, sugerimos a inauguração, de 2011 a 2017, de turmas envolvendo 2 milhões de estudantes, de forma a alfabetizar até 2020 (quando se encerrará o ciclo da última turma) os 14 milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever, com previsão de investimento público de, no mínimo, 10% do PIB per capita por aluno/ano (valor próximo a US\$ 1.000 dólares, conforme proposto pelo PNE).

Por último, pontuamos que esse é só um começo, já que nos estamos referindo, neste item específico, apenas ao analfabetismo absoluto.

É claro que, no conjunto dos programas de Educação de Jovens e Adultos, conforme proposto, deverão também ser considerados parte dos analfabetos funcionais.

Estima-se que hoje, além dos 14 milhões de analfabetos absolutos, existam outros 16 milhões de analfabetos funcionais, elevando o total de analfabetos (absolutos ou funcionais) a 30 milhões.

Vale lembrar que aqui estamos propondo incluir 26 milhões de brasileiros nos dois programas: 1) erradicação do analfabetismo (absoluto), 14 milhões; e 2) Educação de Jovens e Adultos – 12 milhões.

5.8 Educação Superior

Conforme mencionado, tem havido nas últimas décadas uma expansão contínua das matrículas em ensino superior, em termos numéricos, mas acompanhada, ao mesmo tempo, de uma progressiva concentração do alunado em instituições privadas, tendência essa que se acelerou fortemente em fins dos anos 90 e persiste neste início de Século XXI, apesar dos esforços para ampliação do setor público.

A Tabela 18 dá uma visão mais precisa desse processo, que é visualizado, logo a seguir, no Gráfico 12, construído a partir dessa tabela.

A reversão desse quadro é hoje um dos maiores desafios que se nos apresenta, em termos de Educação Superior, porque a enorme desigualdade de oportunidades presente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio faz com que precisamente a parcela mais discriminada da população tenha menores possibilidades de acesso ao ensino superior público, gratuito e de boa qualidade, migrando assim, na maioria das vezes, para o ensino privado, ao qual amiúde tem que aportar recursos acima de suas possibilidades, com retornos no mínimo duvidosos.

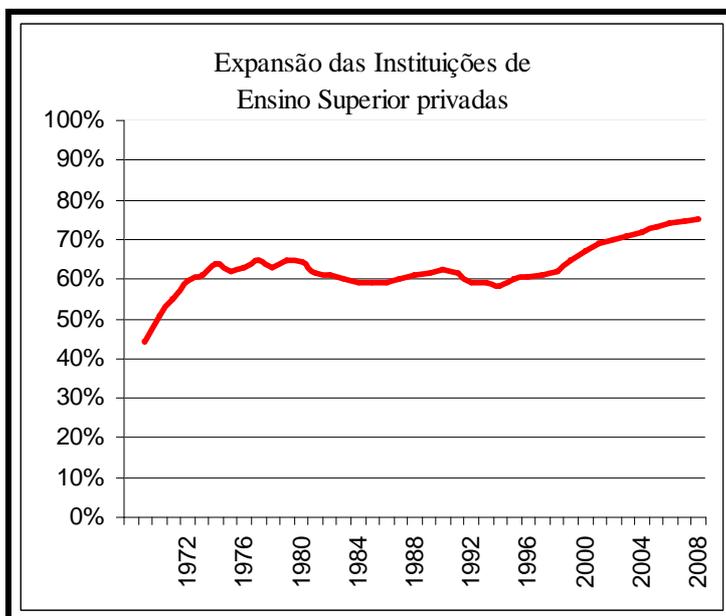
Tabela 18

Evolução do alunado no Ensino Superior (1989-2008), por setor.								
Ano	Instituições Federais de Ens.Superior	Instituições Estaduais de Ens.Superior	Instituições Municipais de Ens.Superior	Total Público	Inst.Part.ES	IES (total)	% Público	% Privado
1960				52.000	41.000	93.000	56%	44%
1970				210.613	214.865	425.478	50%	50%
1971				252.263	309.134	561.397	45%	55%
1972				278.411	409.971	688.382	40%	60%
1973				300.079	472.721	772.800	39%	61%
1974	205.573	90.618	44.837	341.028	596.565	937.593	36%	64%
1975	248.849	107.111	54.265	410.225	662.323	1.072.548	38%	62%
1976	249.955	99.779	54.829	404.563	692.164	1.096.727	37%	63%
1977	253.602	103.691	52.186	409.479	749.567	1.159.046	35%	65%
1978	288.011	105.750	58.592	452.353	773.204	1.225.557	37%	63%
1979	290.868	107.794	63.641	462.303	849.496	1.311.799	35%	65%
1980	316.715	109.252	66.265	492.232	885.054	1.377.286	36%	64%
1981	313.217	129.659	92.934	535.810	850.982	1.386.792	39%	61%
1982	316.940	134.901	96.547	548.388	859.599	1.407.987	39%	61%
1983	340.118	147.197	89.374	576.689	862.303	1.438.992	40%	60%
1984	326.199	156.013	89.667	571.879	827.660	1.399.539	41%	59%
1985	326.522	146.816	83.342	556.680	810.929	1.367.609	41%	59%
1986	325.734	153.789	98.109	577.632	840.564	1.418.196	41%	59%
1987	329.423	168.039	87.503	584.965	885.590	1.470.555	40%	60%
1988	317.831	190.736	76.784	585.351	918.204	1.503.555	39%	61%
1989	315.283	193.697	75.434	584.414	934.490	1.518.904	38%	62%
1990	308.867	194.417	75.341	578.625	961.455	1.540.080	38%	62%
1991	320.135	202.315	83.286	605.736	959.320	1.565.056	39%	61%
1992	325.884	210.133	93.645	629.662	906.126	1.535.788	41%	59%
1993	344.387	216.535	92.594	653.516	941.152	1.594.668	41%	59%
1994	363.543	231.936	94.971	690.450	970.584	1.661.034	42%	58%
1995	367.531	239.215	93.794	700.540	1.059.163	1.759.703	40%	60%
1996	388.987	243.101	103.339	735.427	1.133.102	1.868.529	39%	61%
1997	395.833	253.678	109.671	759.182	1.186.433	1.945.615	39%	61%
1998	408.640	274.934	121.155	804.729	1.321.229	2.125.958	38%	62%
1999	442.562	302.380	87.080	832.022	1.537.923	2.369.945	35%	65%
2000	482.750	332.104	72.172	887.026	1.807.219	2.694.245	33%	67%
2001	502.960	357.015	79.250	939.225	2.091.529	3.030.754	31%	69%
2002	531.634	415.569	104.452	1.051.655	2.428.258	3.479.913	30%	70%
2003	567.101	442.706	126.563	1.136.370	2.750.652	3.887.022	29%	71%
2004	574.584	471.661	132.083	1.178.328	2.985.405	4.163.733	28%	72%
2005	579.587	477.349	135.253	1.192.189	3.260.967	4.453.156	27%	73%
2006	589.821	481.756	137.727	1.209.304	3.467.342	4.676.646	26%	74%
2007	615.542	482.814	142.612	1.240.968	3.639.413	4.880.381	25%	75%
2008	643.101	490.235	140.629	1.273.965	3.806.091	5.080.056	25%	75%

Fonte: INEP/MEC

Gráfico 12

Matrículas nas Instituições de Ensino Superior privadas,
como percentual do total de matrículas.



Dados provenientes da Tabela 18, cuja fonte é o INEP/MEC.

O aumento mais lento da oferta de vagas nos estabelecimentos públicos, associado à maior procura destes pelo alunado, tendo em vista sua qualidade diferenciada, resultou em maiores dificuldades de acesso dos estudantes a essas instituições.

A Tabela 19 mostra, em 2007, uma fotografia instantânea (que é típica) desse fato.

A média geral nos processos seletivos de acesso ao ensino superior é de 1 ingresso para cada 4 candidatos.

Nas universidades públicas, essa proporção é muito maior: 1 para 8; enquanto que nas universidades privadas, 1 para 2,5.

Além disso, conforme é do conhecimento geral, a variação desses números é muito grande, dependendo do curso escolhido pelo postulante.

Tabela 19

	Processos seletivos (2.007)					
	Total geral			Universidades		
	Vagas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Vagas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Brasil	2.823.942	5.191.760	1.481.955	1.255.858	3.219.754	713.595
Públicas	329.260	2.290.490	298.491	266.401	2.063.691	250.400
Federais	155.040	1.290.876	151.640	139.875	1.188.613	136.834
Estaduais	113.731	920.887	109.720	101.205	838.478	97.568
Municipais	60.489	78.727	37.131	25.321	36.600	15.998
Privadas	2.494.682	2.901.270	1.183.464	989.457	1.156.063	463.195
Particulares	1.782.764	2.001.863	817.361	582.297	625.059	251.710
Comum./Confes./Filant.	711.918	899.407	366.103	407.160	531.004	211.485

INEP / MEC

É preciso assinalar, contudo, que nesses valores, referentes a estatísticas obtidas até o ano de 2008, ainda não estão refletidas as mudanças trazidas pelo programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2007-2012), que deu continuidade a um ciclo de expansão das IFES iniciado em 2003, com a consolidação de 2 Universidades Federais, a criação de outras 10 e a ampliação das existentes, através de 69 novos campi.

Mencione-se que após o lançamento do REUNI foram implantados 109 campi e mais recentemente foram criadas outras 4 universidades, com o objetivo de integração internacional.

O REUNI propôs um aumento substancial no investimento de verbas de custeio, investimento e pessoal nas IFES, cobrando em contrapartida as seguintes metas, a serem cumpridas em 5 anos: elevação do percentual de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90%; aumento da relação aluno/professor para 18 e elevação mínima de 20% nas matrículas de graduação. Todas as IFES aderiram ao REUNI.

Em princípio, há que apoiar essa iniciativa, que promove o aumento de investimento público no ensino superior federal – demanda permanente da sociedade civil esclarecida, que sabe que a produção de conhecimento e a formação de profissionais qualificados são fundamentais para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

Por outro lado, uma série de observações críticas construtivas precisa ser feita, bem como realizado acompanhamento continuado da implantação do Programa.

A primeira observação é que o REUNI, que é um *Programa*, se encerra em 2012, enquanto que o atual governo termina em 2010 – isso significa risco de que seja eventualmente descontinuado a partir desse último ano.

Naturalmente que essa não teria sido uma boa razão para que o REUNI não tivesse sido posto em marcha, mas é um excelente motivo para reafirmar que é essencial que se tenha um Plano Nacional de Educação de largo prazo, que expresse metas a serem cumpridas pelo Estado brasileiro, sob o olhar atento da sociedade.

Em segundo lugar, do ponto de vista técnico e político, há problemas em alguns dos pontos centrais da formulação do REUNI:

- ✦ É necessário rever as fórmulas que determinam o cálculo dos indicadores exigidos, posto que, atualmente, as Universidades com pós-graduação mais frágil não são incentivadas pelo REUNI a desenvolvê-las, precisando, ao mesmo tempo, elevar de forma acentuada seu esforço de graduação, o que, no longo prazo, poderá induzir a formação de dois blocos distintos de instituições: as *de ensino* – a maioria –, com pouca expressão em pós-graduação e pesquisa, e os *Centros de Excelência* – essa situação é indesejável para o país, que precisa, ao contrário, reduzir as diferenças regionais, embora contemplando suas especificidades, e elevar de forma homogênea sua capacidade de produzir conhecimento;
- ✦ É igualmente preciso introduzir no REUNI formulação que contemple o esforço de extensão feito pela Universidade, do contrário esse esforço será relegado a um segundo plano;
- ✦ Deve ser levado em conta com cuidado o histórico e as características de cada IFES, como o perfil de cursos oferecidos, suas dimensões e outros fatores; e, por último,
- ✦ É crucial incluir no modelo um indicador da qualidade dos cursos de graduação, sem o que a exigência de ampliação do número de conclusões pode induzir perda de qualidade.

Assinale-se, por outra parte, que os recursos novos aportados pelo REUNI, embora certamente significativos, não serão sequer suficientes para fazer com que seja possível ao país cumprir as metas contidas no PNE em vigor, que indica *‘prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos’*.

Entretanto, é possível que até 2012, quando o REUNI estará implantado em sua plenitude, seu impacto tenha levado a um início de reversão do quadro de ampliação do percentual de matrículas privadas, ora em curso.

Ressalte-se que o atual governo, em consonância com o que defendemos, vem incentivando a abertura de vagas em cursos noturnos no ensino superior público.

Apesar disso, há que pontuar que esse tipo de iniciativa, para estar de acordo com a nossa proposta, precisa vir acompanhada do provimento da infra-estrutura de suporte necessária, como transporte, segurança, funcionamento administrativo adequado das instituições à noite e o que mais seja necessário, o que demanda investimento suplementar de recursos públicos; e precisa pressupor o oferecimento de *opções programáticas e metodológicas apropriadas, bem como horários flexíveis, no sentido de superar restrições enfrentadas por alunos trabalhadores* – como referido anteriormente.

Em termos de investimento público direto²¹ no Ensino Superior, temos a seguinte situação:

Tabela 20

Ano	Investimento público direto no Ensino Superior, como % do PIB.
2000	0,7%
2001	0,7%
2002	0,8%
2003	0,7%
2004	0,7%
2005	0,7%
2006	0,7%
2007	0,7%

Fonte: INEP/MEC

Já no tocante a investimento público direto por aluno/ano, expresso como percentual do PIB per capita, uma consulta à Tabela 3 deste documento mostra, entre os anos de 2000 e 2007, os

²¹ O Investimento Público Direto, segundo metodologia do INEP, considera “recursos aplicados diretamente nas instituições de ensino, como, por exemplo, os utilizados para a aquisição de livros didáticos, merenda e transporte escolar, pagamento de professores, obras e instalações para a melhoria das escolas.”. Há um outro conceito, que não adotaremos aqui, que é o ‘Investimento Público Total’ e que agrega despesas duvidosas, tais como, por exemplo, novamente segundo o INEP, o “complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa – essa estimativa foi calculada em 20% dos gastos c/o Pessoal Ativo”.

valores de 129,6%, 126,8%, 121,0%, 102,2%, 98,9%, 97,4%, 95,0% e 92,5%, respectivamente, o que caracteriza uma tendência de queda.

Quanto à situação da pós-graduação, as Tabelas 21 e 22 mostram uma grande expansão nos últimos anos.

Tabela 21

	Bolsas de pós-graduação da CAPES					
	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
Mestrado	15.606	16.148	16.145	18.529	18.845	24.513
Doutorado	11.385	11.329	11.148	13.008	12.907	16.277
Pós-doutorado	336	302	479	541	473	1.111

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Tabela 22

	Programas de pós-graduação no Brasil					
	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
Mestrado	1.722	1.784	1.893	2.070	2.188	2.314
Mestrado Profissional	62	116	132	157	184	218
Doutorado	986	1.055	1.096	1.185	1.214	1.320

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Finalmente, cabe mencionar o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006.

Através da UAB, o governo federal tem implantado progressivamente um sistema nacional de educação superior à distância, com a participação conjunta de instituições públicas (que servem de sede aos 'pólos'), Estados e Municípios.

O principal objetivo da UAB é atender a docentes que já estão em exercício na Educação Básica pública, oferecendo formação inicial aos que não têm graduação, além de promover a formação continuada.

O objetivo anunciado do MEC é chegar a 2010 com 830 pólos.

A iniciativa é bem vinda, já que visa prover a ampliação do acesso usando novas tecnologias.

Como requer toda inovação, contudo, é necessário um acompanhamento cuidadoso do processo de implantação dos pólos, de forma a garantir funcionamento adequado e a qualidade da educação oferecida.

6. Avaliação dos investimentos necessários à consecução das metas.

6.1. Unidades de medida e parâmetros a adotar.

Fazer uma estimativa da dimensão dos investimentos financeiros que seriam suficientes para dotar o nosso país de um sistema nacional de educação público, gratuito, de qualidade e inclusivo pressupõe a definição das unidades que serão tomadas como padrão para mensurá-los e, após isso, a fixação dos parâmetros numéricos a serem utilizados num dado período histórico, tendo em vista as metas e diretrizes fixadas.

Alguns elementos devem ser considerados.

A primeira questão, relativa à definição de unidades, é mais simples.

Há a possibilidade de utilização de uma moeda corrente, como o dólar ou o real, desde que corrigido o seu poder de compra²², já que sem isso deixa de ser uma referência confiável, como decorrência de flutuações cambiais, influenciáveis por uma grande quantidade de variáveis.

Entretanto, uma solução mais simples é tomar como unidade, para montantes vultosos, o próprio valor do conjunto de riquezas produzidas pelo país, o PIB; e, para recursos de menor monta, tais como o investimento por aluno/ano, o PIB per capita.

A vantagem de se utilizar essas unidades de medida – como já vimos fazendo neste texto – é que fica imediatamente visível a relação entre o valor dos investimentos considerados e aquelas riquezas.

Além disso, comparações internacionais são facilmente feitas, posto que atualmente diversas organizações internacionais, como a OCDE e outras, divulgam seus dados em termos do PIB e do PIB per capita.

Definir quais devem ser os percentuais do PIB per capita a serem investidos por aluno/ano, nos vários níveis de ensino é um dilema que deve levar em conta uma dupla determinação.

Em primeiro lugar, avaliar aqueles percentuais não pode ser um ato voluntarista, apoiado em condições idealizadas ou supostamente desejáveis, mas não alcançáveis a partir da realidade material concreta, dentro do cronograma proposto.

²² Uma forma de fazer isso é usar o PPP, 'Purchase Power Parit', ou, em português, o Índice de Paridade do Poder de Compra. O PPP mede quanto uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente em dólar), corrigindo diferenças de preço de um país para outro e permitindo que se chegue mais perto de números realistas. Adotado pelas Nações Unidas em 2003, o uso da conversão via PPP tornou-se consenso em todo o mundo atual e passou a ser também utilizado por instituições que vão do Banco Mundial à CIA

Exercitar essa lógica é iniciativa que pode ter diversas origens, como o desconhecimento dos dados dos quais depende a avaliação ou a prévia decisão política de apontar para programas inatingíveis. O certo é que esse ponto de vista não produzirá instrumentos capazes de realizar as mudanças requeridas.

Em segundo lugar, é preciso considerar que a única forma de superar as defasagens científicas, tecnológicas e sociais de um país, de forma democrática e construída por opções da maioria, é universalizar o acesso às informações e aos meios necessários a interpretá-las; é dotar o cidadão da capacidade de analisar criticamente os fatos que se apresentam e, sobretudo, de saber propor e agir, visando transformar para melhor a sociedade em que vive – respeitadas a pluralidade do pensamento e as teses hegemônicas na coletividade.

Em outras palavras, é fundamental eleger a educação como uma das máximas prioridades.

Dessa maneira, as considerações anteriores nos levam, de um lado, a não traçar limites menores que desconsiderem a essencialidade da educação de qualidade; e, de outro, ao desafio de encontrar o ponto máximo de tensão, a proposta mais ousada dentro de uma perspectiva de exequibilidade.

Apresentamos a seguir alguns subsídios para essa tomada de decisão.

Uma consulta a publicações internacionais mostra que as médias de gasto por aluno/ano para os países da OCDE²³, em percentual do PIB per capita, são as constantes da Tabela 23.

Tabela 23

Tabela B1.4 (disponível na Internet)				
Gastos anuais de instituições educacionais, por estudante (todos os serviços), relativos ao PIB per capita (2006), por nível de educação.				
OECD (média)	Educação pré-primária.	Educação primária.	Educação secundária.	Educação terciária.
	18 %	20 %	25 %	40 %

Fonte: OCDE.

A comparação com os percentuais hoje praticados no Brasil mostra que, na Educação Infantil e no Ensino Médio, em que os nossos números oscilam entre 13% e 14%, estamos muito longe dos países da OCDE.

Já no Ensino Fundamental, a distância é pequena: em torno de 18% aqui e 20% lá.

²³ *Education at a Glance 2009, Indicator B1: How much is spent per student? Table B1.4 Annual expenditure on educational institutions per student for all services relative to GDP per capita (2004), by level of education, based on full-time equivalents.*

No Ensino Superior, não é surpresa que os valores no Brasil sejam bem maiores. Nossas instituições estão ainda sendo consolidadas, o que não é em geral o caso das existentes naqueles países, onde muitas delas são seculares; além do mais, nesse nível de ensino, a ampliação implica redução de custos²⁴, como vem ocorrendo no Brasil.

De qualquer forma, é preciso cuidado com essas comparações, porque há diversos fatores que devem ser considerados.

Em primeiro lugar, o PIB per capita médio nos países da OCDE é muito maior do que o do Brasil (na França é o triplo e nos Estados Unidos, o quádruplo).

Isso faz com que percentuais de PIB per capita iguais signifiquem valores absolutos de gastos por estudante muito distintos.

Em segundo lugar, o percentual da população jovem em relação à população total é bem maior no Brasil do que na maioria dos países da OCDE (essa situação irá mudar nas próximas décadas, segundo o IBGE, como veremos mais adiante); daí resulta que, num país como o nosso, um percentual de PIB per capita igual ao de um país da OCDE resultará numa maior destinação de recursos para a educação, globalmente.

Retornando para o contexto nacional, nos referiremos a seguir a considerações e conclusões de alguns documentos que têm procurado definir as destinações necessárias a prover educação de qualidade no Brasil, nos vários níveis de ensino.

O PNE da Sociedade Brasileira, apesar de indicar valores em dólares, faz referência permanente a parâmetros relativos ao PIB per capita (lá é utilizada a expressão 'renda per capita').

Esses parâmetros são:

- + Creche, 30%;
- + Pré-escola, 20%;
- + Ensino Fundamental, 20%;
- + Ensino Médio, 20%;
- + Educação de Jovens e Adultos, 20%;
- + Alfabetização, 20%;
- + Ensino Superior: Graduação (60%) + Pós-Graduação/Pesquisa/Extensão (75%) = 135%.

²⁴Conforme também argumentado em BRASIL. MEC/INEP/Casa Civil (2003).

É preciso ressaltar que esse último valor de 135% foi proposto em 1997, quando era compatível com os gastos por aluno/ano que então se verificavam – vê-se na Tabela 3 deste trabalho que em 2000 o percentual em questão era de cerca de 130%.

Já no documento *BRASIL. INEP/MEC. (2006), (3), Custo – Aluno – Qualidade em Escolas de Educação Básica – 2ª Etapa* (ver Bibliografia), por outro lado, lê-se que: “A respeito do custo/aluno/ano global, para a amostra como um todo, o valor encontrado (em montantes referentes ao ano de 2003) foi em torno de R\$ 2.000,00 (...) para CA-ECO [‘Custo Aluno Econômico’] (...). Para a sub-amostra de escolas de “qualidade especial”, essas médias chegaram a aproximadamente R\$ 2.500,00 (...)”.

Considerando que o PIB per capita no ano de 2003 foi²⁵ de R\$ 8.694,47, o valor médio do custo/aluno/ano para unidades escolares avaliadas como de “qualidade especial” seria, em média, em torno de 29% do PIB per capita. Considerando ainda que o custo/aluno/ano na Creche é superior ao custo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, como demonstrado naquele trabalho e documentado na literatura, é razoável, a partir desse estudo, propor a definição de valores de 30% do PIB per capita para Creches e de 25% para Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, como investimentos por aluno/ano correspondentes à ‘qualidade especial’.

Agregando ainda um outro estudo para subsidiar este documento, registramos que, em *BRASIL. MEC/INEP/Casa Civil (2003)* (ver Bibliografia), foram adotados os seguintes percentuais (aproximados) do PIB per capita, para o ano de 2011:

- ✚ Creche, 25%;
- ✚ Pré-escola, 19%;
- ✚ Ensino Fundamental, 20%;
- ✚ Ensino Médio, 23%;
- ✚ Educação de Jovens e Adultos, 19%;
- ✚ Alfabetização, 7% (em 2006, porque o programa só vai até esse ano); e
- ✚ Ensino Superior, 100%.

Finalmente, relembremos que os cálculos feitos a partir da Tabela 11 mostraram que o recente trabalho publicado por Conselheiros do CNE aponta para a adoção, no Ensino Básico, do patamar de R\$ 4.000,00 – equivalentes hoje a (cerca de) 25% do PIB.

²⁵ Dados do Banco Central do Brasil.

Conclusões:

- 1) Todos os indicadores nacionais e internacionais apontam, no caso da **Pré-Escola, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio**, para percentuais situados, *grosso modo*, entre 20% e 25% do PIB per capita. Portanto, no caso desses três níveis de ensino, adotaremos como parâmetro 25% do PIB per capita, considerando um Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) de **20% do PIB per capita em 2011** e elevação gradativa para **25% do PIB per capita em 2020**.
- 2) Com relação à **Creche**, os valores se situam entre 25% e 30% do PIB per capita. Adotaremos **25% do PIB per capita como CAQi, para 2011**, com progressão para **30% do PIB per capita em 2020**.
- 3) Para a **Educação de Jovens e Adultos** os estudos apontam para 19/20%. Adotaremos **CAQi, para 2011, de 20% do PIB per capita**, chegando até **25% do PIB per capita em 2020**.
- 4) Para os programas de **Alfabetização** (Erradicação do Analfabetismo), são inaceitáveis os baixos níveis de investimento por aluno/ano que hoje são praticados, como já explicitamos anteriormente. O documento do INEP, por outro lado, sugere 7% do PIB per capita. O valor de 20% do PIB per capita utilizado pelo PNE da Sociedade Brasileira parece excessivo, já que, a partir daí, deduz-se que há necessidade de investimentos da ordem de 1% do PIB para programas de erradicação do analfabetismo, ou, a valores de hoje, cerca de 28 bilhões de reais por ano. Adotaremos o valor de **10% do PIB per capita**, ao longo de todo o período 2011/2020. Será considerada a existência de cerca de 14 milhões de analfabetos absolutos (IBGE/2008), e a abertura de vagas novas, em ciclos de 4 anos, para 2 milhões de alunos/ano, de 2011 até 2017, o que, em tese, levaria à erradicação do analfabetismo (absoluto) até 2020.
- 5) Por último, o **Ensino Superior**. O parâmetro da OCDE não pode ser um norte para o Brasil, pelas razões já apontadas. Os dados relativos ao Brasil mostram que os percentuais do PIB per capita necessários vêm caindo ao longo do tempo, tendo passado da faixa de 120% a 130%, no início da década (2000) para as proximidades de 100% em anos recentes, numa tendência de queda natural num sistema que vai se firmando e se ampliando. Assim, adotaremos para 2011, um CAQi de 100% do PIB per capita, que é o sugerido pelo GT do INEP/Casa Civil para esse ano, e suporemos que ao longo da década o percentual cairá para 90% do PIB per capita.

6.2. Projeções para a população brasileira nas próximas décadas.

Neste trabalho consideraremos a mais recente revisão das projeções de crescimento da população brasileira feitas pelo IBGE, em sua Revisão de 2008²⁶.

As constatações do IBGE nesse documento têm enorme impacto para o cálculo do investimento necessário para o financiamento da educação brasileira nas próximas décadas.

Isso porque, segundo o IBGE, houve mudança dramática na tendência de crescimento da população, tendo sido observado, nos últimos anos, um declínio inesperado da taxa de fecundidade da população brasileira.

O resultado desse processo será, ao contrário das expectativas anteriores, uma diminuição da população do Brasil a partir de 2039, quando atingirá o pico de 219 milhões de pessoas – diferentemente do projetado na Revisão 2004 do IBGE: uma população continuamente crescente até 2050, quando atingiria 260 milhões de habitantes.

A importância que têm estas novas projeções é que a população nas diversas faixas de idade escolar vai cair de forma acentuada nas próximas décadas, com um envelhecimento rápido e progressivo da população, diferentemente do previsto.

A tabela abaixo mostra, em números de 2050, as duas projeções – a anterior ‘Revisão 2004’ e a da recente ‘Revisão 2008’.

Tabela 24

	População em 2050, em milhões.				
	0 - 3 a	4 - 6 a	7 - 14 a	15 - 17 a	18 - 24 a
Revisão 2.004.	12,1	9,2	25,0	9,7	23,1
Revisão 2.008.	7,1	5,5	15,7	6,4	16,1

Fonte: IBGE

A consequência dessas mudanças será que, em 2050, teremos pouco mais de metade das crianças e jovens que antes se imaginava.

²⁶ Projeção da população do Brasil para 1-VII-2050 a partir de grupos etários quinquenais em 1-VII-1980. População base observada. Fecundidade limite TFT = 1,85. Sem migração internacional. Mortalidade 1980, 1991 e 2000 (IBGE e CELADE). 2001 a 2050 IBGE. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - Revisão 2008.

Portanto, o grande esforço educativo que o Brasil terá que fazer deverá se concentrar nas próximas décadas, já que, após isso, haverá forte diminuição da população de brasileiros até 24 anos, reduzindo o impacto dos investimentos financeiros necessários.

Apresentamos a seguir dois gráficos que dão uma visão muito clara das mudanças projetadas.

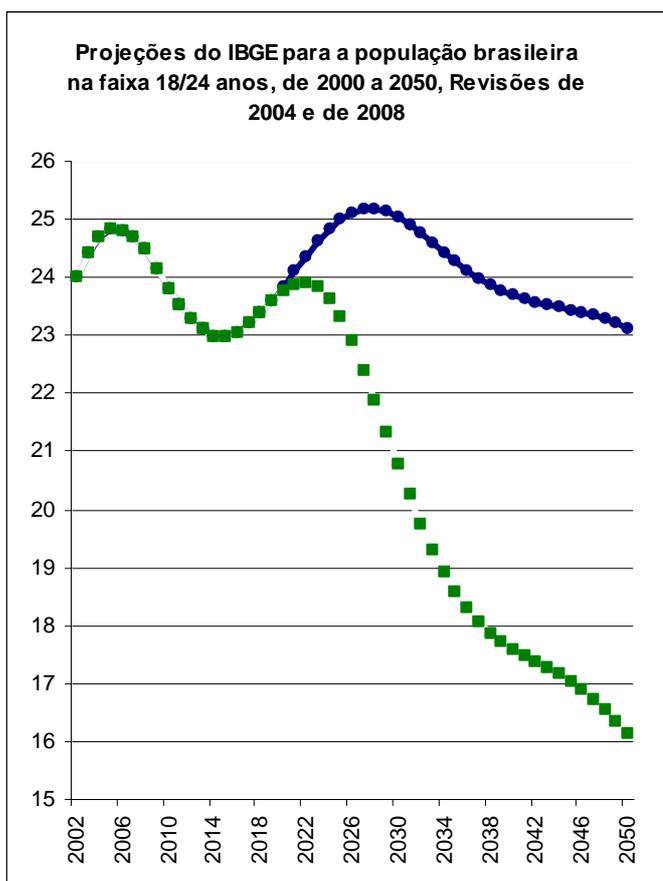
O Gráfico 13 compara as previsões da Revisão 2004 e da Revisão 2008 para a evolução da população 18-24 anos (uma das menos afetadas, entre os jovens) entre o ano 2000 e 2050.

E o Gráfico 14 mostra a trajetória esperada, na Revisão 2008, para as populações das faixas etárias correspondentes aos diversos níveis escolares: Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

Gráfico 13

Comparação entre a evolução da população 18-24 anos:

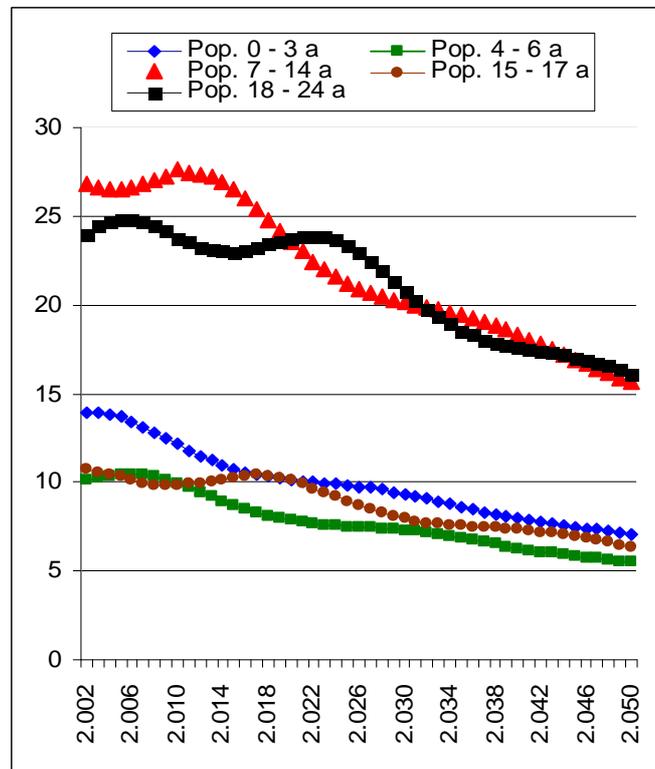
Revisão 2004 e Revisão 2008.



Fonte: IBGE.

Gráfico 14

Evolução da população brasileira nas diversas faixas etárias escolares, entre 2000 e 2050. Revisão 2008.



Fonte: IBGE.

Calcularemos a seguir, por fim, os montantes de investimento necessário para o financiamento com qualidade da educação brasileira, até 2020, de acordo com as metas já apontadas. Mais adiante iremos indicar também projeções até 2050, baseadas no documento do IBGE / Revisão 2008.

Para um planejamento estratégico de médio e longo prazo é importante assinalar que será fundamental que o Brasil, diante desse quadro e das recentes descobertas do pré-sal, faça um investimento maciço em educação na próxima década, pois terá como financiá-lo nas décadas seguintes, posto que todas as previsões fazem supor que o nosso Produto Interno Bruto aumentará de forma significativa, ao mesmo tempo em que diminuirão as demandas de investimento na área de educação, por conta da reviravolta na pirâmide etária brasileira.

6.3. Cálculo dos recursos a serem disponibilizados.

6.3.1 Introdução: metodologia de cálculo.

Nas avaliações que se seguem são adotados os seguintes procedimentos:

- ✦ Todos os cálculos são feitos nas unidades PIB e PIB per capita. Assim, flutuações do PIB de um ano para outro não terão nos números apresentados nenhum impacto, afetando apenas (para mais, espera-se) os quantitativos nominais dos valores orçamentários a serem disponibilizados.
- ✦ Os valores numéricos mencionados no item 6.4, que globalizam resultados anteriores, resultam, todos, de conversão feita pelo PIB de 2008 (Banco Central).
- ✦ Os valores do PIB e do PIB per capita relativos a outros anos são os referentes a (ou dedutíveis de) dados do Banco Central do Brasil / IBGE (Revisão 2008).
- ✦ Os dados sobre matrículas de alunos nos diversos níveis de ensino aqui acolhidos são sempre os disponibilizados pelo INEP/MEC.
- ✦ Os dados sobre a população existente e projetada são os do IBGE (Revisão 2008).
- ✦ Em todos os casos os números de matrículas previstas para 2009 e 2010 nos diversos níveis de ensino foram projetados a partir da série histórica 2002/2008, de forma linear. A partir daí, também de forma linear, foi projetada a progressiva elevação de matrículas até o cumprimento das metas.
- ✦ A passagem do CAQi para o CAQ, de 2011 até 2020, também foi feita de forma gradual e linear.
- ✦ Em relação às metas globais, seguir-se-á o que foi estipulado no item 3., *Perspectivas futuras: metas e diretrizes para a próxima década*, como a seguir detalhamos. Mais tabelas e dados serão fornecidos nos itens específicos, adiante.
- ✦ No Ensino Infantil / Creche, será considerado congelado o atendimento privado nos níveis de 2008 (INEP) – 0,66 milhões de estudantes. Prevê-se a elevação do atendimento público até atingir, em 2020, 4,41 milhões de crianças. Nesse aluno, o IBGE projeta população de 10,14 milhões de crianças na faixa etária 0-3 anos, de modo que o atendimento público e privado alcançará 5,07 milhões de crianças, ou 50% da faixa etária. Os valores do CAQi e CAQ serão 25% do PIB per capita (2011) e 30% do PIB per capita (2020), respectivamente.

- ✦ No Ensino Infantil / Pré-escola, será considerado congelado o atendimento privado nos níveis de 2008 (INEP) – 1,25 milhões de estudantes. Prevê-se a elevação do atendimento público até atingir, em 2016, a universalização. Foi utilizada para os cálculos a faixa etária de 4-6 anos. Estamos num período de transição, passando no futuro essa faixa a ser – não só formal, mas também efetiva e integralmente – de 4-5 anos. Entretanto, do ponto de vista do cálculo de impactos orçamentários, isso não fará aqui nenhuma diferença, pois tanto a Pré-escola quanto o Ensino Fundamental – que no futuro incluirá teoricamente toda a faixa etária dos 6 anos de idade – têm sua universalização prevista para o mesmo ano (2016), sendo que os valores do Custo Aluno Qualidade, seja o inicial (CAQi), seja o final (CAQ), serão tomados como idênticos nos dois níveis de ensino, conforme estipulado anteriormente: 20% do PIB per capita (2011) e 25% do PIB per capita (2020), respectivamente.
- ✦ No Ensino Fundamental, será considerado congelado o atendimento privado nos níveis de 2008 – 3,31 milhões de estudantes. Prevê-se um declínio linear, até 2020, do percentual de matrículas de estudantes com 15 anos ou mais, atingindo um patamar de 6% em 2020, por conta da repetência, e estabilizando-se a partir daí.. A escolarização líquida alcançará 100% em 2016. Os valores do CAQi e CAQ são os indicados no parágrafo anterior.
- ✦ No Ensino Médio, será considerado congelado o atendimento privado nos níveis de 2008 – 0,99 milhões de estudantes. Prevê-se um declínio linear, até 2020, do percentual de matrículas de estudantes de 18 anos ou mais, atingindo um patamar de 6% em 2020, por conta da repetência, e estabilizando-se a seguir. A escolarização líquida alcançará 100% em 2016. Os valores do CAQi e CAQ serão 20% do PIB per capita (2011) e 25% do PIB per capita (2020), respectivamente.
- ✦ Na Educação de Jovens e Adultos o atendimento público foi elevado dos valores esperados em 2010 – 5,1 milhões de estudantes – para 12 milhões em 2020, de forma linear. Os valores do CAQi e CAQ serão 20% do PIB per capita (2011) e 25% do PIB per capita (2020), respectivamente.
- ✦ No programa de Erradicação do Analfabetismo, foram considerados os 7 ciclos de 2 milhões de pessoas cada, conforme previsto no item 5.7. Os valores do CAQ foram mantidos constantes ao longo do período 2011 – 2020, em 10% do PIB per capita.

- ✦ Finalmente, no Ensino Superior, a projeção de valores para matrículas públicas em 2009 e 2010 levou aos números 1,31 e 1,34 milhões de estudantes. Em razão da existência do REUNI, esse valor pode estar sub-dimensionado. Para 2011, o número de matrículas já calculado de acordo com o aumento linear necessário a se alcançar 20% da população 18-24 anos em 2020, ficou em 1,66 milhões, o que é compatível com as metas do REUNI (para 2011) e com um crescimento dos sistemas estaduais e municipais, até esse ano. Já o valor seguinte (2012), que é de 1,98 milhões de estudantes, talvez demande um esforço de crescimento um pouco superior ao correspondente ao impacto total do REUNI. Os valores do CAQi e CAQ serão 100% do PIB per capita (2011) e 90% do PIB per capita (2020), respectivamente.

6.3.2 Recursos para a Educação Infantil: Creche.

- 1) Projeções do IBGE sobre a evolução futura da população brasileira, até o ano de 2050, levando-se em conta as últimas correções e atualizações apresentadas pelo Instituto, há cerca de um ano atrás (a Revisão 2008);
- 2) Indicadores de Custo Aluno Qualidade, tanto o inicial, para 2011, quanto o previsto como objetivo a ser alcançado no ano de 2020, de acordo com a argumentação apresentada neste artigo, considerados os diferentes estudos que vêm sendo produzidos sobre o assunto;
- 3) O conjunto de todas as metas propostas, inclusive aquelas referentes a indicadores a serem atingidos em anos intermediários ao período considerado.

No que se refere à Educação Infantil – Creche projetou-se um número de matrículas públicas que, partindo de 1,1 milhão (dados de 2008), vai gradativamente ascendendo de forma a alcançar 4,4 milhões em 2020. Supondo que o sistema privado permaneça constante, acolhendo aproximadamente 0,6 milhões de crianças, como hoje, chegaremos a 2020 com um total de 5 milhões de matrículas – metade das 10 milhões que o IBGE prevê para esse ano.

Como apontamos anteriormente, será fundamental estabelecer no novo PNE, além de metas globais de investimento e de oferta de matrículas, outras mais específicas, por nível e modalidade de ensino, com o intuito de reduzir progressivamente, dentro de um ritmo pré-estabelecido e compatível com a realidade, as desigualdades existentes, sejam elas regionais, de gênero, etnia, de origem econômica ou outras. É preciso que se tenha uma medida concreta de objetivos a serem alcançados nesse âmbito, do contrário ficaremos reféns de propostas de natureza ‘macro’ que, mesmo quando e se alcançadas, poderão não superar adequadamente problemas de inclusão social.

A Tabela 25 resume os resultados obtidos a partir da meta e metodologia adotados.

Tabela 25

Ano	Educação Infantil – Creche			
	P	M ^P	M ^P / P	I
2002	13,9	0,8	5%	0,1%
2003	13,9	0,8	5%	0,1%
2004	13,9	0,8	6%	0,1%
2005	13,7	0,9	6%	0,1%
2006	13,4	0,9	7%	0,1%
2007	13,1	1,0	7%	0,1%
2008	12,8	1,1	8%	0,1%
2009*	12,5	1,1	9%	0,1%
2010*	12,1	1,2	10%	0,1%
2011	11,8	1,5	13%	0,2%
2012	11,5	1,8	16%	0,2%
2013	11,2	2,2	19%	0,3%
2014	11,0	2,5	23%	0,3%
2015	10,7	2,8	26%	0,4%
2016	10,6	3,1	30%	0,4%
2017	10,4	3,4	33%	0,5%
2018	10,3	3,8	37%	0,5%
2019	10,2	4,1	40%	0,6%
2020	10,1	4,4	44%	0,6%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

P = População na faixa etária; M^P = Matrículas públicas oferecidas.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

Convém traduzir um pouco mais o esforço para o atendimento de 50% das crianças de até 3 anos em creches de qualidade. A Tabela 25 é aproximada e, neste caso, isso faz alguma diferença. Na verdade, passaríamos de 0,07% do PIB (investimento atual) para 0,64% do PIB, em 2020. Isso significa 0,57% do PIB a mais, ou seja, cerca de **16 bilhões/ano** (a referência neste trabalho será sempre o PIB de 2008, último disponível; aliás, o de 2009 será semelhante). Esse valor é bem maior do que aquele que a educação irá receber a mais por ano com o fim da DRU – as estimativas apontam para um valor próximo a 9 bilhões de reais. Ou, dito de outra forma, aqueles 16 bilhões são mais do dobro dos 50% do Fundo Social (PL nº 5.940/2009) do pré-sal, caso venham ser destinados à Educação²⁷. O que é preciso entender é que, se quisermos de fato transformar o país investindo em educação de forma qualificada, temos que pensar em disponibilizar quantias muito significativas de recursos.

²⁷ O valor desse Fundo tem sido estimado – provavelmente subestimado – em 15 bilhões de reais/ano. A destinação de 50% desse total para a Educação implicaria, pois, investimento adicional da ordem de 7,5 bilhões de reais/ano.

6.3.3 Recursos para a Educação Infantil: Pré-escola.

O processo de universalização do atendimento à Pré-escola provavelmente acontecerá a partir da aprovação da PEC 96A/03, que propõe que isso ocorra até o ano de 2016.

Como o setor privado supre 15% das matrículas da faixa etária, se o Estado brasileiro se dispuser a bancar, com qualidade, os outros 85%, precisará investir, até 2016, conforme se vê na Tabela 26, um adicional de 0,5% do PIB ao ano, a partir de 2016: outros **14 bilhões/ano**.

Só nesse nível de ensino, vê-se pelos dados da Tabela 26 que teremos que atender, em 2016, mais 3,5 milhões de crianças/ano.

Tabela 26

Ano	Educação Infantil – Pré-escola			
	P	M ^P	M ^P /P	I
2002	10,1	3,7	36,7%	0,2%
2003	10,2	3,8	37,6%	0,3%
2004	10,3	4,1	39,5%	0,3%
2005	10,4	4,3	41,1%	0,3%
2006	10,4	4,1	39,7%	0,3%
2007	10,4	3,6	34,6%	0,3%
2008	10,3	3,6	35,3%	0,3%
2009*	10,1	3,7	36,5%	0,3%
2010*	9,9	3,7	37,2%	0,3%
2011	9,7	4,5	46,3%	0,5%
2012	9,5	5,2	55,0%	0,5%
2013	9,2	5,8	63,3%	0,6%
2014	8,9	6,4	71,1%	0,7%
2015	8,7	6,8	78,5%	0,8%
2016	8,5	7,2	85,3%	0,8%
2017	8,3	7,0	85,3%	0,8%
2018	8,1	6,9	85,3%	0,8%
2019	8,0	6,7	85,3%	0,8%
2020	7,8	6,6	85,3%	0,8%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

P = População na faixa etária; M^P = Matrículas públicas oferecidas.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

De novo, esse esforço financeiro é apenas uma parte do problema, porque a outra parte é conseguir alcançar o objetivo de forma inclusiva, chegando-se aos rincões do país, à zona rural, às crianças com menos posses – uma complexa logística que passa por apoio direto adequado e por todas as demais questões de ‘gratuidade ativa’.

6.3.4 Ensino Fundamental.

Nesse nível de ensino o desafio é muito mais o de melhorar do que o de expandir – embora muito esforço ainda tenha que ser feito para que as taxas de conclusão se aproximem de 100%. Há que dar continuidade ao resgate da profissão de professor, propiciando a melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas. Neste caso vale salientar que a tarefa será facilitada pelo efeito ‘pirâmide etária’ que, já na próxima década, irá reduzir a quantidade de crianças brasileiras nessa faixa de idade em 4 milhões, conforme se vê na Tabela 27, o que é muito significativo. Não é por outra razão que, mesmo aumentando o investimento por aluno/ano dos atuais 17% a 18% do PIB per capita para 25%, chegaremos a 2020 tendo que investir nesse nível de ensino pouco mais do que já investimos nesta década (ver Tabela 27). Assim, dos níveis de ensino esse é o que demandará menor aporte de recursos adicionais nos próximos 10 anos, com elevação média, na década, de 0,1% do PIB por ano, em relação aos investimentos atuais (2008) – ou seja, um adicional de **3 bilhões/ano**.

Tabela 27

Ano	Ensino Fundamental				
	P	M ^P	M ^T	T ^{EB}	I
2002	26,8	31,9	35,2	131,0%	2,3%
2003	26,7	31,2	34,4	129,2%	2,1%
2004	26,5	30,7	34,0	128,1%	2,2%
2005	26,5	30,2	33,5	126,3%	2,2%
2006	26,7	29,8	33,3	124,8%	2,5%
2007	26,9	28,4	31,7	118,2%	2,7%
2008	27,1	28,4	31,7	117,1%	2,7%
2009*	27,2	28,3	31,6	116,0%	2,8%
2010*	27,6	28,2	31,5	115,0%	2,8%
2011	27,4	28,1	31,5	115,0%	2,9%
2012	27,4	27,8	31,2	114,0%	2,9%
2013	27,2	27,4	30,8	113,0%	2,9%
2014	26,9	26,8	30,2	112,0%	2,9%
2015	26,5	26,0	29,4	111,0%	2,9%
2016	26,0	25,2	28,6	110,0%	2,8%
2017	25,4	24,3	27,7	109,0%	2,8%
2018	24,8	23,4	26,8	108,0%	2,7%
2019	24,2	22,5	25,9	107,0%	2,7%
2020	23,6	21,6	25,0	106,0%	2,6%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

P = População na faixa etária; M^P = Matrículas públicas oferecidas.

M^T = Matrícula Total. T^{EB} = M^T / P = Taxa de Escolarização Bruta.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

6.3.5 Ensino Médio.

A aprovação formal da universalização do ensino até os 17 anos deve dar um novo ímpeto ao setor.

Terão que ser atendidos mais 4 milhões de jovens, até 2016, com toda a infra-estrutura de pessoal, de prédios, de equipamentos e de custeios que isso significa.

A Tabela 28 mostra que o custo dessa universalização. Se for feita com qualidade e com a redução das fortes desigualdades que ainda persistem no ensino médio – será de aproximadamente 0,6% do PIB adicionais (1,16% em 2020 e 0,55% em 2008) – **17 bilhões/ano** a mais do que hoje.

Note-se que, com esta nova demanda orçamentária, já contabilizamos até agora a necessidade de uma elevação nos investimentos para a educação próxima a 1,7% do PIB.

A Tabela 28 mostra que trabalhamos com a elevação da escolarização líquida, até atingir 100% em 2016, de forma a cumprir a meta preconizada, ao mesmo tempo em que se projetou a continuidade da diminuição do número de alunos matriculados ‘fora’ da faixa etária.

Como mostrado na Tabela 28, existiam 4,5 milhões de estudantes ‘fora de faixa’ no ano de 2002 e neste ano de 2010 esse número possivelmente será reduzido para algo em torno de 2,6 milhões.

Tomamos como hipótese que haja diminuição gradual desse total, da ordem de 200 mil estudantes ‘fora de faixa’ a menos, a cada ano, de modo a chegar a 2020 com apenas 600 mil estudantes (6% do total) com 18 anos ou mais ainda cursando o ensino médio.

Note-se que de 2020 em diante permanecerá, de acordo com as hipóteses aqui fixadas, esse residual de alunos ‘fora de faixa’, por conta da repetência que, tanto neste nível de ensino como no Ensino Fundamental, será considerada estabilizada após 2020, nos patamares indicados.

Por outro lado, também a partir de 2020, por conta da dinâmica da redução de fertilidade da população brasileira – segundo o IBGE –, começará uma fase de forte e sucessiva diminuição do número de jovens entre 15 e 17 anos, que em 30 anos passará de 10 milhões para pouco mais de 6 (ver Gráfico 14).

Desse ponto de vista de mais longo prazo, as perspectivas para o Ensino Médio são promissoras, desde que seja bem sucedido o esforço de universalização a ser feito nos próximos 10 anos.

Tabela 28

Ano	Ensino Médio.				
	P	M ¹⁷	M ¹⁸⁺	M ¹⁷ / P	I
2002	10,7	4,2	4,5	39,6%	0,4%
2003	10,5	4,5	4,5	43,1%	0,4%
2004	10,5	4,7	4,4	45,2%	0,4%
2005	10,3	4,8	4,3	46,2%	0,4%
2006	10,1	4,8	4,1	47,5%	0,6%
2007	9,9	4,6	3,6	46,5%	0,5%
2008	9,8	5,3	3,0	54,1%	0,5%
2009*	9,8	5,5	2,7	56,0%	0,5%
2010*	9,9	5,7	2,4	57,4%	0,5%
2011	9,9	6,4	2,2	64,5%	0,8%
2012	10,0	7,1	2,1	71,6%	0,9%
2013	10,0	7,9	1,9	78,7%	0,9%
2014	10,1	8,7	1,7	85,8%	1,0%
2015	10,3	9,5	1,6	92,9%	1,1%
2016	10,4	10,4	1,4	100,0%	1,2%
2017	10,4	10,4	1,2	100,0%	1,2%
2018	10,4	10,4	1,0	100,0%	1,2%
2019	10,3	10,3	0,8	100,0%	1,2%
2020	10,1	10,1	0,6	100,0%	1,2%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

P = População na faixa etária; M¹⁷ = Matrículas de alunos com até 17 anos.

M¹⁸⁺ = Matrículas de alunos com 18 anos ou mais.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

6.3.6 Erradicação do analfabetismo; educação de Jovens e Adultos.

Eliminar o analfabetismo não é simples, sobretudo porque demanda um movimento voluntário de um adulto – que nem sempre ocorre.

Em particular, a redução do analfabetismo (absoluto) nas faixas etárias mais altas tem tido, historicamente, pouco sucesso.

Já o analfabetismo funcional tende a ir diminuindo à medida que aumenta a universalização do ensino para jovens e crianças entre 4 e 17 anos.

De qualquer forma, o percentual de analfabetismo (absoluto) vem caindo de forma gradual e sistemática – no início dos anos 90, era de 18%; e em 2008 já tinha recuado para valores um pouco inferiores a 10%.

A Tabela 30 mostra que, para cumprir a meta de erradicar o analfabetismo até 2020, o Brasil deve investir, durante a próxima década, em média, um adicional de quase 0,3% do PIB por ano, perto de **9 bilhões/ano**.

Já os programas de Educação de Jovens e Adultos vêm atendendo a um público crescente – embora não da dimensão que deveriam – e, ao mesmo tempo, não contam com crescimento dos recursos investidos.

A Tabela 29 reflete esse fato, evidenciando uma estagnação no volume de recursos destinado aos respectivos programas, volume esse que oscila, há muito tempo, em patamares próximos do 0,5% do PIB.

Aí também é possível ver que um esforço decidido para enfrentar o problema com qualidade – o que seria crucial para a inclusão social de milhões de jovens e adultos – tem um custo bastante elevado: precisaríamos triplicar os investimentos atuais: outros 0,9% PIB, cerca de novos **26 bilhões/ano**.

Tabela 29

Ano	Educação de Jovens e Adultos	
	M ^P	I
2002	3,5	0,3%
2003	4,1	0,4%
2004	4,3	0,4%
2005	4,4	0,4%
2006	4,7	0,4%
2007	4,8	0,4%
2008	4,7	0,4%
2009*	4,9	0,4%
2010*	5,1	0,5%
2011	5,7	0,6%
2012	6,4	0,7%
2013	7,1	0,8%
2014	7,8	0,9%
2015	8,5	0,9%
2016	9,2	1,0%
2017	9,9	1,1%
2018	10,6	1,2%
2019	11,3	1,3%
2020	12,0	1,4%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

M^P = Matrículas públicas oferecidas.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

Tabela 30

Ano	Erradicação do Analfabetismo	
	M ^P	I
2002	1,5	0,0%
2003	1,5	0,0%
2004	1,5	0,0%
2005	1,9	0,0%
2006	1,5	0,0%
2007	1,3	0,0%
2008	1,3	0,0%
2009*	1,3	0,0%
2010*	1,2	0,0%
2011	1,4	0,1%
2012	2,8	0,2%
2013	4,2	0,3%
2014	5,6	0,4%
2015	5,6	0,4%
2016	5,6	0,4%
2017	5,6	0,4%
2018	5,6	0,3%
2019	5,6	0,2%
2020	5,6	0,1%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

M^P = Matrículas públicas oferecidas.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

6.3.7 Ensino Superior.

A meta aqui é expandir o sistema de Ensino Superior público brasileiro (graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa) até oferecer, em 2020, um número de matrículas correspondente a 20% da faixa etária 18/24 anos, com a manutenção da atual qualidade.

Para isso, foi utilizado nos cálculos um custo/aluno/ano equivalente ao que hoje se pratica (100% do PIB per capita), mantendo-se a tendência de evolução atual desse indicador, isto é, projetando-se declínio para 90% do PIB per capita em 2020, à medida que houver consolidação progressiva do sistema.

Considerando-se totalmente implantado o REUNI, bem como levadas a consecução todas as metas de expansão institucional programadas até 2011/2012, é possível que a oferta pública de matrículas, até lá, esteja próxima de 1,7 milhões, número previsto como marco inicial da próxima década, na Tabela 31.

Cumprir a meta aqui proposta, portanto, implica gerar 3 milhões de novas matrículas públicas em 10 anos, ou 300.000 mil por ano. Isso significa elevar a oferta no sistema de IFES em cerca de 150.000 novas matrículas todo ano, sem abrir mão da manutenção da qualidade das atividades desenvolvidas.

A Tabela 31 e o Gráfico 15 dão a dimensão da progressão do número de matrículas esperada e do nível de investimentos necessário para tal: passar dos 0,7% do PIB atuais para 2,1% do PIB em 2020 – **39 bilhões/ano** adicionais, no fim da década.

Uma palavra sobre os investimentos em Educação Profissional – do ponto de vista metodológico, os custos de ampliar a oferta de matrículas – de 0,4 milhões de estudantes, hoje, para 1,4 milhões, em 2020 – já estão embutidos nos computados para a expansão dos vários níveis de ensino.

Tabela 31

Ano	Ensino Superior			
	P	M ^P	M ^P / P	I
2002	24,0	1,1	4,4%	0,7%
2003	24,4	1,1	4,7%	0,6%
2004	24,7	1,2	4,8%	0,6%
2005	24,8	1,2	4,8%	0,6%
2006	24,8	1,2	4,9%	0,7%
2007	24,7	1,2	5,0%	0,7%
2008	24,5	1,3	5,2%	0,7%
2009*	24,2	1,3	5,8%	0,7%
2010*	23,8	1,3	6,3%	0,7%
2011**	23,5	1,7	7,5%	0,9%
2012***	23,3	2,0	8,9%	1,0%
2013	23,1	2,3	10,3%	1,2%
2014	23,0	2,6	11,7%	1,3%
2015	23,0	2,9	13,1%	1,4%
2016	23,0	3,3	14,4%	1,6%
2017	23,2	3,6	15,8%	1,7%
2018	23,4	4,0	17,2%	1,8%
2019	23,6	4,4	18,6%	1,9%
2020	23,8	4,8	20,0%	2,1%

* Em 2009 e 2010 o número de matrículas foi projetado a partir da série histórica.

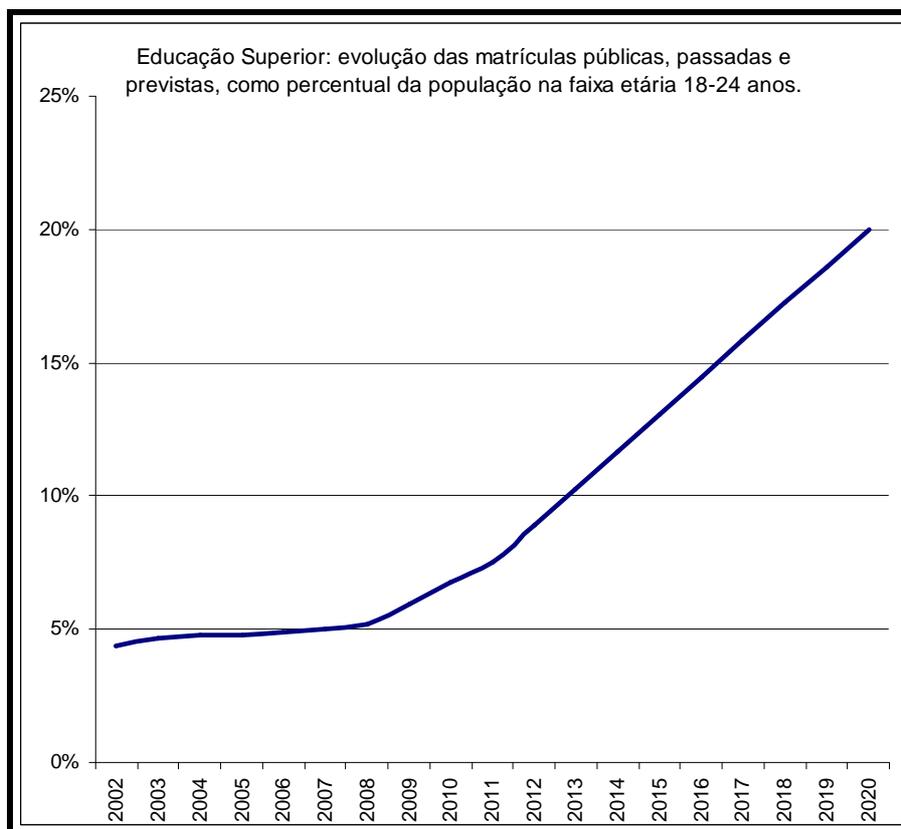
** Em 2011 o número de matrículas (1,66 milhões) é compatível com o projetado pelo REUNI.

*** Para 2012 será preciso crescimento adicional, para além das matrículas projetadas pelo REUNI.

P = População na faixa etária; M^P = Matrículas públicas oferecidas.

I = Investimento necessário, expresso como percentual do PIB.

Gráfico 15



6.4. Investimentos adicionais: total necessário.

A elevação²⁸ dos investimentos em educação necessários para cumprir as metas propostas, com qualidade, deverá atingir em 2020 os seguintes valores, por nível de ensino:

- ✚ Educação Infantil, Creche, 16 bilhões/ano;
- ✚ Educação Infantil, Pré-Escola, 14 bilhões/ano;
- ✚ Ensino Fundamental, 3 bilhões/ano;
- ✚ Ensino Médio, 17 bilhões/ano;
- ✚ Educação de Jovens e Adultos, 26 bilhões/ano;
- ✚ Erradicação do analfabetismo, 9 bilhões/ano;
- ✚ Ensino Superior, 39 bilhões/ano.

²⁸ Em valores referenciados no PIB de 2008.

O total geral dos investimentos **adicionais** necessários em 2020 (em relação aos 4,6% do PIB, em 2008) situa-se, portanto, em torno de **124 bilhões de reais/ano**, ou seja, será necessário elevar os aportes de recursos à educação (em relação a 2008) em aproximadamente **4,2% do PIB**, até aquele ano. O total de investimentos a serem destinados à educação em 2020, será, por conseguinte, de **8,8% do PIB**.

A Tabela 32 e o Gráfico 16 apresentam a evolução dos investimentos previstos, ano a ano, de 2011 em diante, bem como os recursos aportados à educação durante a presente década.

Em 2011 deve haver uma elevação imediata do percentual do PIB destinado à educação, para **5,9% do PIB**, como resultado, principalmente, da implantação dos novos valores do Custo Aluno Qualidade inicial. A quantidade de alunos subirá aos poucos, portanto, mas haverá um investimento imediato e importante, visando começar o processo de melhoria da qualidade.

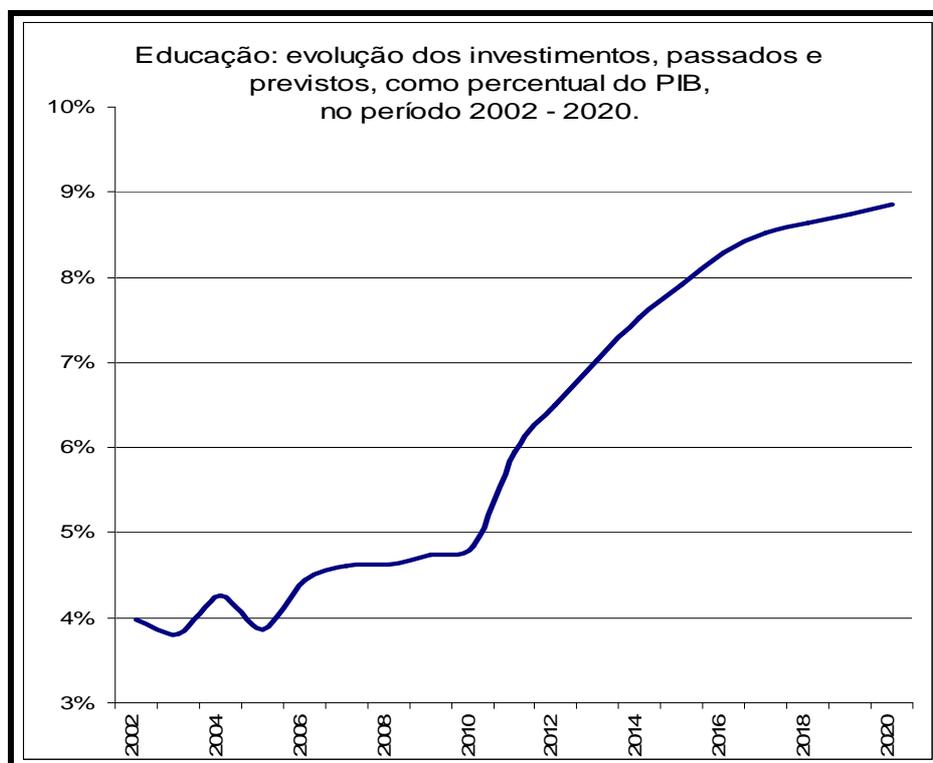
Observe-se por fim que, não fosse pela redução da população de até 24 anos, que será em 2020 (IBGE) de 90,5% da atual, as metas aqui propostas demandariam nesse ano **9,7% do PIB**.

Tabela 32

Investimento passado e demanda projetada de recursos para a Educação.								
Ano	Educ. Infantil Creche	Educ. Infantil Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educ. Jovens e Adultos	Erradicação Analfabetismo	Ensino Superior	Total Peral
2002	0,1%	0,2%	2,3%	0,4%	0,3%	0,0%	0,7%	4,1%
2003	0,1%	0,3%	2,1%	0,4%	0,4%	0,0%	0,6%	3,9%
2004	0,1%	0,3%	2,2%	0,4%	0,4%	0,0%	0,6%	4,0%
2005	0,1%	0,3%	2,2%	0,4%	0,4%	0,0%	0,6%	4,0%
2006	0,1%	0,3%	2,5%	0,6%	0,4%	0,0%	0,7%	4,5%
2007	0,1%	0,3%	2,7%	0,5%	0,4%	0,0%	0,7%	4,6%
2008	0,1%	0,3%	2,7%	0,5%	0,4%	0,0%	0,7%	4,6%
2009*	0,1%	0,3%	2,8%	0,5%	0,4%	0,0%	0,7%	4,7%
2010*	0,1%	0,3%	2,8%	0,5%	0,5%	0,0%	0,7%	4,8%
2011	0,2%	0,5%	2,9%	0,8%	0,6%	0,1%	0,9%	5,9%
2012	0,2%	0,5%	2,9%	0,9%	0,7%	0,2%	1,0%	6,4%
2013	0,3%	0,6%	2,9%	0,9%	0,8%	0,3%	1,2%	7,0%
2014	0,3%	0,7%	2,9%	1,0%	0,9%	0,4%	1,3%	7,5%
2015	0,4%	0,8%	2,9%	1,1%	0,9%	0,4%	1,4%	7,9%
2016	0,4%	0,8%	2,8%	1,2%	1,0%	0,4%	1,6%	8,3%
2017	0,5%	0,8%	2,8%	1,2%	1,1%	0,4%	1,7%	8,5%
2018	0,5%	0,8%	2,7%	1,2%	1,2%	0,3%	1,8%	8,6%
2019	0,6%	0,8%	2,7%	1,2%	1,3%	0,2%	1,9%	8,7%
2020	0,6%	0,8%	2,6%	1,2%	1,4%	0,1%	2,1%	8,8%

* Em 2009 e 2010 os percentuais foram projetados a partir da série histórica.

Gráfico 16



7. Metas e perspectivas para o período 2020 - 2050.

O método utilizado aqui implica considerar que os investimentos em educação devem ser proporcionais ao conjunto de riquezas existente no país, atrelando-se o Custo Aluno Qualidade ao PIB per capita. Isso faz com que as projeções futuras de investimentos necessários dependam em sua essência das metas adotadas e da população esperada em cada nível de ensino, como principais variáveis. Assim, utilizando as previsões para a evolução da população do Brasil, até 2050, divulgadas pelo IBGE no início da década passada e revisadas há pouco mais de um ano, e, além disso, estipulando metas adicionais de longo prazo para o desenvolvimento da educação no país nas décadas de 20, 30 e 40, pode-se projetar o nível de investimento que será necessário.

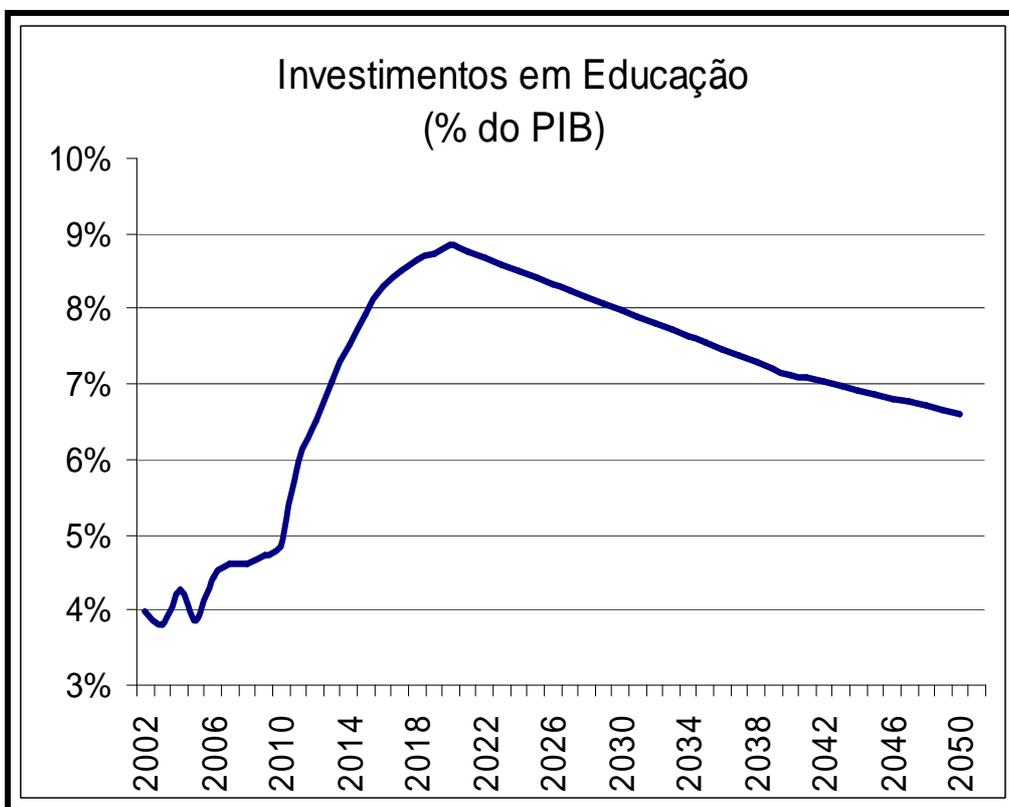
Essa avaliação, ainda que sujeita às óbvias imprecisões impostas pela extensão temporal abordada, é hoje fundamental, em especial neste momento em que a descoberta de novas riquezas petrolíferas no país, a serem exploradas neste século, nos coloca frente ao desafio de planejar sua utilização de forma que áreas estratégicas sejam devidamente priorizadas, sem que haja uma pulverização das novas fontes de recursos que pouco contribuirá para o futuro da nação.

Propomos as seguintes metas adicionais para esse período: 1) A universalização da Educação Infantil, até 3 anos de idade (Creche), até 2030; e 2) A elevação gradativa da matrícula no

Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, atingindo 50% da faixa etária 18-24 anos em 2050. A primeira meta é uma conquista importantíssima, pois, combinada com a implantação da Escola de Tempo Integral (prevista para ocorrer até 2020), significará a responsabilização do Estado pela educação universalizada, pública, gratuita e de qualidade, até os 17 anos de idade. A segunda é igualmente crucial, porque essa oferta, somada à já existente na iniciativa privada (que, aqui supomos, permanecerá aproximadamente constante), irá possibilitar taxas de escolarização no Ensino Superior semelhantes às que vigoram nos países mais desenvolvidos. E certamente teremos a consolidação definitiva de um sistema público robusto, capaz de não só de oferecer qualificação profissional de alto nível como também de produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento do país.

A estimativa que aqui apresentamos dos investimentos necessários nesse cenário leva em conta o acentuado declínio, até 2050, da população brasileira nas faixas etárias até 24 anos, conforme estimativas do IBGE. Apesar dos novos custos requeridos pelas metas adicionais haverá uma redução gradual na demanda de investimentos em educação, como consequência de mudanças na pirâmide etária, chegando-se a 2050 com um percentual de investimentos da ordem de 6,5% do PIB, como mostrado no Gráfico 17.

Gráfico 17



8. Conclusão.

O Brasil é um país privilegiado. Descobriu-se agora que, abaixo de seu *berço esplêndido*, estão 100 bilhões de barris de petróleo – alguns dizem que há o triplo – cujo valor é pelo menos 6 vezes maior que o PIB brasileiro.

Nossa história, contudo, é um desfile de privilégios para poucos, de exclusões sem fim, de falta de acesso da maioria da população brasileira às imensas riquezas que aqui existem.

Justiça social só é possível com democracia plena. E democracia plena só será possível, na amplitude de uma concepção maior, se houver educação de qualidade, pública e gratuita, disponível em todos os níveis para todos os cidadãos, como dever do Estado, pois só a apropriação do conhecimento permite o exercício consciente do direito de escolha.

A avaliação que aqui fazemos demonstra que está ao alcance do país oferecer, já nas próximas décadas, essa educação de qualidade: a soma dos investimentos adicionais para isso necessários até 2050 é pouco superior a 1 PIB brasileiro.

Cabe à sociedade organizar-se para exigir que as decisões políticas futuras propiciem aos que virão a igualdade de oportunidades que todos merecem.

9. Bibliografia

- Almeida, I.C. (2001), Gastos com educação no período de 1994 a 1999. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. 82, No 200/201/202.
- Amaral, N.C. (2008), Autonomia e Financiamento das IFES: desafios e ações. Anais do I Fórum sobre as IFES: o TCU promove a busca de soluções, TCU.
- Barreto, A.R. (2008), Educação Infantil em novas perspectivas. Publicação do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil, MIEIB.
- BRASIL (2001), Plano Nacional de Educação. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.
- BRASIL. (2006), Emenda Constitucional nº 53/06 – FUNDEB.
- BRASIL. (2007), (1), Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.
- BRASIL. (2007), (2), Documento preliminar Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. INDICADORES ECONÔMICOS. In:
<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>

BRASIL. IBGE. (2004) Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 – Revisão 2004. Metodologia e Resultados

BRASIL. IBGE. (2008), Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 – Revisão 2008. Metodologia e Resultados

BRASIL. INEP. Investimentos públicos em Educação. Relatórios disponíveis na página do INEP na internet: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/>

BRASIL. INEP/MEC (2003), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2002.

BRASIL. INEP/MEC (2003), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2002.

BRASIL. INEP/MEC (2004), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2003.

BRASIL. INEP/MEC (2004), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2003.

BRASIL. INEP/MEC (2005), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2004.

BRASIL. INEP/MEC (2005), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2004.

BRASIL. INEP/MEC (2006), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2005.

BRASIL. INEP/MEC (2006), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2005.

BRASIL. INEP/MEC. (2006), (3), Custo-Aluno-Qualidade em Escolas de Educação Básica – 2ª Etapa.

BRASIL. INEP/MEC (2007), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2006.

BRASIL. INEP/MEC (2007), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2006.

BRASIL. INEP/MEC (2008), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica.Censo escolar 2007.

BRASIL. INEP/MEC (2008), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2007.

BRASIL. INEP/MEC (2009), (1), Sinopse Estatística da Educação Básica. Censo escolar 2008.

BRASIL. INEP/MEC (2009), (2), Sinopse Estatística da Educação Superior 2008.

BRASIL. MEC. (2007), Plano de Desenvolvimento da Educação.

- BRASIL. MEC (2009), O Papel do MEC na Política Educacional Brasileira. “Encontros MEC e Undime com dirigentes Municipais de Educação. Pradime – I Etapa”.
- BRASIL. MEC/INEP/Casa Civil (2003), Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação, integrado pelos seguintes membros: Otaviano Augusto Marcondes Helene (Inep), Pedro Luiz Bezerra (SE/MEC), Rubem Fonseca Filho (SE/MEC), Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha (SPO/MEC), Antonio Ibañez Ruiz (Semtec/MEC), Jorge Abrahão de Castro (Ipea), Valdomiro Luis de Sousa (Bolsa-Escola), Austregezilo Ferreira de Mello (Casa Civil), Ivan Castro de Almeida (Inep), José Marcelino de Rezende Pinto (Inep), Marluce Araújo de Lucena (SPO/MEC), Caio Luiz Davoli Brandão(SPO/MEC), Jacques Rocha Veloso (UnB), João Antonio Cabral de Monlevade (Consultor Legislativo do Senado).
- BRASIL. PEC 96A/03.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação – Lei 10.172/01.
- Costa, V.L.C. (2001), Financiamento e Gasto com o Ensino Médio no Brasil, Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 72-80, dez. 2001.
- Cara, D. (2009), Quando custa o ensino médio de qualidade? Proposta do CAQ. Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- CNE, Comissão Bicameral para Estudo do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (2009), Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020.
- De Mello, L. e M.Hoppe (2005), Education Attainment in Brazil: The Experience of FUNDEF, OECD Economics.
- Figueiredo, G.V.R. (2005), Reforma Universitária e o financiamento público das IFES. Caminhos, vol.nº 23/24, p. 51-92, Belo Horizonte, 2005.
- Fórum Mundial de Educação – Educação para Todos (2000), “O Compromisso de Dakar”.
- Hingel, M., Ramos, M.N. e Ruiz, A.I. (2007), “Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais.” Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio – Conselho Nacional de Educação, Câmara do Ensino Básico.
- IPEA (2008), PNAD 2007, Primeiras Análises, Volume 4: Educação, Juventude, Raça/Cor, Brasília, outubro de 2008.

- Menezes Filho, N. (2007), “Os Determinantes das Matrículas no Ensino Fundamental e Médio”.
Seminário PNAD – CGEE.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development (2001). Education at a Glance
2001 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2002). Education at a Glance
2002 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2003). Education at a Glance
2003 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2004). Education at a Glance
2004 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2005). Education at a Glance
2005 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2006). Education at a Glance
2006 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2007). Education at a Glance
2007 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2008). Education at a Glance
2008 - List of Indicator Tables.
- OECD, Organisation for Economic Cooperation and Development. (2009). Education at a Glance
2009 - List of Indicator Tables.
- Plano Nacional de Educação – A Proposta da Sociedade Brasileira. (1997). Tramitou no Congresso
Nacional como Projeto de Lei nº 4.155/98.
- Simões, C.A. (2008), “Propostas do MEC para o ensino médio – razões, princípios e ações.”
Seminário Balanço e perspectivas do Ensino médio no Brasil.
- UNESCO. Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil. (2008) Educação para todos
em 2015 Alcançaremos a meta?
- UNICEF. Situação mundial da infância 2008. (2008).
- Valente, I., Romano, R. (2002), PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Educação e
Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 96-107.